



EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Volume 1

**Organizador
Daniel Luís Viana Cruz**



EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Volume 1

**Organizador
Daniel Luís Viana Cruz**

Editora Omnis Scientia

EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Volume 1

1ª Edição

TRIUNFO – PE

2021

Editor-Chefe

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Organizador (a)

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Conselho Editorial

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Wendel José Teles Pontes

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Cássio Brancalone

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Editores de Área – Ciências Humanas

Dr. Cássio Brancalone

Dr. José Edvânio da Silva

Assistentes Editoriais

Thialla Larangeira Amorim

Andrea Telino Gomes

Imagem de Capa

Freepik

Edição de Arte

Leandro José Dionísio

Revisão

Os autores



**Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [livro eletrônico] : aspectos gerais / Organizador Daniel Luís Viana Cruz. – Triunfo, PE: Omnis Scientia, 2021.
68 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-88958-16-2

DOI 10.47094/978-65-88958-16-2

1. Educação. 2. Avaliação educacional. I. Cruz, Daniel Luís Viana.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora Omnis Scientia

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



PREFÁCIO

A educação é o pilar central das civilizações, pois se caracteriza pela transmissão de conhecimento formal e tradicional. Nada é mais transformador para um povo ou uma nação do que um sistema educacional equânime e de qualidade. Embora não seja valorizado pela sociedade como deveria, representa a pedra angular para geração de riqueza, renda e melhoria de qualidade de vida em todos os sentidos. Mas por ser um elemento chave, os governantes a conduz conforme seus interesses e programas de governo, fazendo com que ela se mostre ineficaz e incipiente aos olhos dos contribuintes. Nessa perspectiva os educadores e professores, assim como todos os profissionais que direta ou indiretamente atuam na educação, sofrem com a desvalorização e indiferença da população no momento em que reivindicam melhores condições de trabalho. Apesar de tudo, ainda existem profissionais que não desistem dessa tarefa hercúlea, permanecendo com o ideal de ter uma educação realmente inclusiva e de qualidade para todos, independentemente de raça, religião, gênero, opção sexual ou limitações cognitivas e motoras. Há muito o que se fazer, mas os autores desta obra mostram que estão no caminho certo.

Em nossos livros selecionamos um dos capítulos para premiação como forma de incentivo para os autores, e entre os excelentes trabalhos selecionados para compor este livro, o premiado foi o capítulo 3, intitulado “OBSTÁCULOS NO ACESSO À CIDADANIA DE HOMENS TRANS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BAIXO AMAZONAS, PARÁ”.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	10
-----------------	----

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DISCUSSÕES SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos

DOI: 10.47094/978-65-88958-16-2/10-21

CAPÍTULO 2.....	22
-----------------	----

HIGIENE INFANTO-JUVENIL: SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM A VULNERABILIDADE SOCIAL

Emily Faé Ginelli

Gustavo Alberto Briske Klug

Julia Villa Coutinho Ferreira

Ana Carolyna Teodoro Gomes de Lima

Ana Beatriz Teixeira Rodrigues

Adriane Vianna Carbone

Francine Alves Grativel Raposo

DOI:10.47094/978-65-88958-16-2/22-30

CAPÍTULO 3.....	31
-----------------	----

OBSTÁCULOS NO ACESSO À CIDADANIA DE HOMENS TRANS EM INSTI-TUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BAIXO AMAZONAS, PARÁ

Sabrina de Oliveira Gama

Laís Gabrielle Cardoso de Oliveira

Rui Massato Harayama

DOI: 10.47094/978-65-88958-16-2/31-36

CAPÍTULO 4.....	37
-----------------	----

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Isadora Oliveira Gondim

Ana Paula de Lima Bezerra

Fernanda Gonçalves de Souza

Amanda Menezes Oliveira

Saraí da Costa Figueiredo

Stéphane Bruna Barbosa

DOI:10.47094/978-65-88958-16-2/37-51

CAPÍTULO 5.....	52
-----------------	----

OS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.

Viviane Teles Vidal Dalanesi

Ana Paula Costa Gimenez

Andréa Rizzo dos Santos

DOI: 10.47094/978-65-88958-16-2/52-59

CAPÍTULO 6.....	60
-----------------	----

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA INFÂNCIA: DESAFIOS E INTERVENÇÕES

Ana Luiza Rabelo Saldanha

Ana Beatriz Menezes Teixeira

Antônio Eusébio Diógenes Teixeira

Carola Braz de Lavor

Chendda Aikaa Feitosa Fontenele

Daniele Guedes Jucá

Danilo Gomes Rocha

Gabriel Gurgel Silva Fernandes

Manoel Cícero Viana de Lima

Maria Rita Máximo Julião

Victória Gentil Leite de Araújo

Jocileide Sales Campos

DOI: 10.47094/978-65-88958-16-2/60-65

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DISCUSSÕES SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos

UEMA; SEDUC; SEMED, São Luís, Maranhão

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2676229827334575>

RESUMO: Este artigo tem como objeto apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a formação de professores da Educação Especial, tomando como ponto de análise os entendimentos relacionados a sua profissionalização para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva. A metodologia utilizada compreendeu uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa realizada por meio de um levantamento bibliográfico e de uma exploração no campo para coleta de dados com professores da Educação Especial que atuam na rede pública estadual de educação do Maranhão, no município de São Luís. Os resultados evidenciaram que a formação é uma questão que gera debates mais expressivos sobre concepções teórico-metodológicas, lacunas no contexto legal e reflexões sobre um repensar pedagógico, que demanda uma reavaliação da forma como é conduzida. E, a profissionalização deste respectivo docente está intimamente relacionada à sua formação, tanto inicial como continuada, que direciona o caminho pautado no tripé formação, participação e experiência, sendo exercida a partir dos próprios professores junto às políticas de formação. Conclui-se que, ao tratar da profissionalização de docentes da Educação Especial, quanto a consecui  o de suas práticas pedagógicas, trabalha-se sob o ponto de vista de que há muito ainda a ser reconduzido, repensando e rediscutido, particularmente no que tange o exercício da perspectiva da Educação Inclusiva no fomento   Inclusão Escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Profissionalização. Educação Especial. Inclusão.

SPECIAL EDUCATION TEACHER TRAINING: DISCUSSIONS ON PROFESSIONALIZATION AND INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICE

ABSTRACT: This article aims to present the results of a research on the formation of Special Education teachers, taking as a point of analysis the understandings related to their professionalization for the development of an inclusive pedagogical practice. The methodology used comprised an exploratory research with a qualitative approach carried out through a bibliographic survey and a field research for data collection with Special Education teachers who work in the state public education network of Maranhão, in the city of São Luís. Results showed that training is an issue that generates

more expressive debates on theoretical-methodological conceptions, gaps in the legal context and reflections on a pedagogical rethink, which demands a reassessment of the way it is conducted. And the professionalization of teachers is closely related to his initial and continuing education, which guides the path based on the tripod, training, participation and experience, being exercised from the teachers themselves along with the training policies. It is concluded that, when dealing with the professionalization of Special Education teachers, regarding the achievement of their pedagogical practices, we work from the point of view that there is still much to be renewed, rethinking and rediscussing, particularly with regard to the exercise from the perspective of Inclusive Education promoting school inclusion.

KEY WORDS: Teacher training. Professionalization. Special education. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A formação docente perpassa entre a sua profissão e a construção da identidade ao formalizar a dinâmica social do seu trabalho (GATTI; BARRETO, 2009). Diante dos propósitos determinados pela inclusão escolar houve um desencadeamento de importantes transformações para a melhoria na qualidade da prática educativa, assim:

[...] é necessário pensar na formação do professor a partir de outra concepção de educação, como campo de produção de saberes comprometida com a mudança social que propicie aos sujeitos participação nos processos de deliberação e de tomadas de decisões na sociedade, bem como possibilidade de analisar criticamente a realidade e transformá-la (FRANÇA, 2016, p. 39-40).

Diversos cursos de formação docente no Brasil confirmam uma lacuna em seus currículos e conteúdos, especificamente relacionados à inclusão escolar (MENDES, 2006; MANTOAN, 2013). Ainda é possível observar forte influência do modelo médico - psicológico - assistencial, que rotula os alunos público-alvo da Educação Especial e os classifica de acordo com uma abordagem meramente técnica e instrumental (OMOTE, 2006).

Contudo, um singular avanço em termos legais, no que se refere a inclusão de alunos com deficiência na escola regular e formação do professor ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996 determinando que todos os professores de classes regulares ou especiais devem receber especialização adequada para atuar com todos os alunos, visando sempre que possível a inclusão no ensino regular (BRASIL, 1996).

O professor como profissional da educação é um sujeito que busca se profissionalizar no que faz, isto é, a formação deve ser entendida como um processo que não se encerra no âmbito inicial, mas se prolonga no decorrer de sua atuação com pesquisa e aprendizado. Para Nóvoa (1992, p. 23) “[...] o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e

a escola, como lugar de crescimento profissional permanente.”

Então, ao se tratar da profissionalização, formação e prática pedagógica diversas nuances dessa tríade suscitaram a necessidade de buscar respostas para a seguinte questão: Qual o caminho percorrido da formação à profissionalização do professor na Educação Especial para uma prática pedagógica voltada para a perspectiva da Educação Inclusiva?

No sentido de responder ao proposto, este artigo objetiva analisar as questões relacionadas a formação e profissionalização de professores da Educação Especial que atuam em escolas e centros especializados da rede pública estadual de educação do Maranhão, no município de São Luís, no que tange a perspectiva de uma prática pedagógica inclusiva.

Para a concretização dos pressupostos de uma sociedade inclusiva, ações (políticas, econômicas, culturais etc.) devem ser direcionadas aos professores focando a sua formação e consequentemente a construção de uma sólida profissionalização. Na visão de Imbernón (2010), tal deleite parece ser utópico, mas segundo o respectivo autor “[...] não se deve temer a utopia, pois grande parte das coisas que hoje são realidade pareciam utópicas há apenas alguns anos.”

Por conseguinte, nunca é demais ressignificar práticas, principalmente quando se trata de formação e profissionalização docente para uma Educação Inclusiva, haja vista, a Educação Especial por si só pressupõe a união de elementos fundamentais como constructo de uma educação democrática e para a mudança.

METODOLOGIA

A formação do professor pauta-se na organização de práticas educativas, intervenções e situações provenientes do processo de ensino e aprendizagem concretizado na escola (IMBERNÓN, 2010). Investir na profissionalização do professor é um elemento chave para o fomento de uma prática educativa significativa na escola, pois “[...] as práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autónoma na produção dos seus saberes e dos seus valores” (NÓVOA, 1992, p.27).

Assim, por se tratar de um estudo qualitativo e de cunho exploratório, partiu-se para a busca de respostas para a questão apresentada por meio de um levantamento bibliográfico e uma exploração no campo, que teve como participantes professores da Educação Especial da rede estadual de educação do Maranhão atuantes em escolas e centros especializados no município de São Luís.

Para a coleta de dados, além do subsídio teórico levantado e analisado à luz de autores como Gatti e Barreto (2009), Nóvoa (1992), Imbernón (2010), Freitas (1999, 2002), França (2016) entre outros, de âmbito nacional e internacional, foi necessário levantar informações sobre os cenários e ambientes naturais de vivência de professores da Educação Especial tendo como fonte e *lócus* a atual Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais (SUPMODE), órgão ligado à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC) que atua com outras modalidades da Educação Básica

além da Educação Especial. Pontua-se que até meados do ano de 2019 essa responsabilidade com a modalidade Educação Especial na SEDUC esteve a cargo da extinta Supervisão de Educação Especial (SUESP), que posteriormente foi remodelada e passou a se denominar Assessoria de Educação Especial (AEESP), atualmente também extinta.

Reitera-se que esta pesquisa foi desenvolvida também como uma atividade complementar da disciplina Formação de Professores e Profissionalização docente: programas, processos e práticas pedagógicas cursada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão.

Após as devidas formalizações como a apresentação da proposta de pesquisa e envio de carta de apresentação do PPGE à gestão da SUPMODE foi obtida autorização para a aplicação da empiria. Os dados levantados no respectivo órgão foram: o quantitativo de professores atuando na Educação Especial em São Luís, tempo de atuação na modalidade pela rede de ensino, cargo em que desenvolvem suas funções e seus contatos de endereço eletrônico (e-mail).

Foi priorizada uma amostra de 10% do total de profissionais da rede de ensino estadual da Educação Especial, pois a SEDUC atualmente possui um quadro de aproximadamente mais de 200 professores nesta modalidade entre os quais estão: Intérprete de Libras, Instrutor de Libras, Professor do AEE, Professor Revisor Braille e Professor Transcritor Braille, atuando apenas na capital maranhense (MARANHÃO, 2020). Desse modo, os critérios para seleção dos participantes levaram em consideração o maior tempo de atuação na docência na modalidade de ensino em referência, ou seja, foi considerado um tempo superior a 10 (dez) anos.

Assim, todo o contato para informar a natureza do estudo e a participação voluntária deu-se por meio do envio de um e-mail esclarecendo os propósitos da pesquisa com a disponibilização de um *link* para o preenchimento de um formulário *online* elaborado pela plataforma *Google Forms*. O formulário continha 7 (sete) perguntas considerando as suas concepções sobre formação, profissionalização e prática pedagógica inclusiva na realidade escolar. Essa ação no campo foi desenvolvida nos meses de setembro a novembro de 2019.

Convém esclarecer que de um total de 32 (trinta e dois) e-mails enviados, 11 (onze) foram devolvidos com erro no endereço eletrônico; 6 (seis) não conseguiram abrir o *link* e 7 (sete) devolveram após o prazo da pesquisa. Apenas 8 (oito) responderam e enviaram o formulário adequadamente no prazo estipulado.

Antes de dar prosseguimento na análise foi mantido sigilo na identificação dos professores participantes em atendimento ao disposto na Resolução n. 510/2016, que assegura os direitos e deveres a preservação da identidade dos sujeitos ou algo que venha a lhe identificar.

Ressalta-se também que as repostas dos professores foram transcritas do formulário *online* e editadas com correções ortográficas. Houve a necessidade de utilizar esse procedimento em decorrência de vícios da linguagem virtual, doravante denominada Internetês, a qual consiste num neologismo que vem da junção do termo Internet mais o sufixo ês, designando a linguagem utilizada

no meio virtual (HAMZE, 2019).

As entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais, etc. Devem ser corrigidos na transcrição editada. É importante, porém, manter uma versão original e uma versão editada de todas as transcrições [...] (DUARTE, 2004, p. 221).

A técnica da Análise de Conteúdo foi necessária para discutir as respostas dos professores. Para Bardin (2011), esta técnica visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens.

Em suma, utilizou-se ainda a categorização como procedimento auxiliar nas análises das respostas dos sujeitos a fim de compreender, conhecer e facilitar a recuperação da mensagem emitida pelos participantes da pesquisa. E, sobretudo, interpretar o significado das informações adquiridas e transformá-las em conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação do professor é indispensável para uma prática educativa, a qual se constitui o *locus* de sua profissionalização cotidiana no cenário escolar. Compreende um processo, por meio do qual os docentes melhoram o seu estatuto, elevam os seus rendimentos e aumentam o seu poder, a sua autonomia (NÓVOA, 1992).

A atividade de ensinar ocorre com a aquisição de conhecimentos específicos e necessários constituídos na formação inicial e na formação que acontece durante toda a vida profissional. Sendo assim, a docência compreendida como profissão é apoiada pelo processo de profissionalização que reflete em uma dimensão social ampla (ENS; DONATO, 2011; IMBERNÓN, 2010).

Então, após as devidas apreciações, segue quadro demonstrativo com o perfil de professores que responderam o formulário *online*, destacando sua área de atuação, tempo de atuação na docência na Educação Especial e escola onde desempenham suas atividades laborais na respectiva modalidade de ensino.

Quadro 01 – Perfil dos Professores da Educação Especial da rede estadual de educação de São Luís - MA

Nome	Professor	Área de atuação	Tempo de docência	Escola
A. C. S	P: 01	Intérprete de Libras	15 anos	C. E. P. R.M.
C. S. P.	P: 02	Professora do AEE	10 anos	IEMA
T.F.V.	P: 03	Instrutor de Libras	12 anos	C.E L. R.
M. da S.	P: 04	Professora do AEE	11 anos	IEMA
F. A.	P: 05	Transcritor Braille	11 anos	C.E. B.

N. C. dos S.	P: 06	Professora do AEE	34 anos	C.E J. J. P.
C. L.	P: 07	Intérprete de Libras	10 anos	C.E L.R.
D. B.	P: 08	Professor do AEE	10 anos	C.E. D.C.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2019).

Conforme Quadro 01, os professores atuam há mais de 10 anos na Educação Especial da rede estadual de educação de São Luís, nas suas respectivas áreas: Professor 01 – Intérprete de Libras; Professor 02 - Professora do AEE; Professor 03 - Instrutor de Libras; Professor 04 - Professora do AEE; Professor 05 – Transcritor Braille; Professor 06 - Professora do AEE; Professor 07 - Intérprete de Libras e Professor 08 - Professor do AEE. No decorrer das análises os professores serão chamados neste estudo de: P:01, P: 02, P: 03, P: 04, P: 05, P: 06, P: 07 e P: 08.

O extenso tempo de atuação na docência dos respectivos sujeitos, a princípio demonstraria uma atuação por excelência em que as dúvidas e lacunas refletidas na formação inicial possam ter sido superadas com a experiência da profissionalização. No entanto, em atenção a esse dado, as políticas de formação docente, particularmente para a docência na Educação Especial ainda se encontram inexpressivas e poucos avanços proporcionaram para a formação e profissionalização deste docente.

Entende-se que o professor é um profissional em constante evolução, em que o saber da sua experiência lhe proporciona um conforto epistemológico, juntamente com outras competências que viabilizam a sua profissão. Na visão de Nóvoa (1992) na formação de professores é indispensável que tenha como eixo o desenvolvimento profissional, na dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente.

E, a esse respeito o trabalho deve possibilitar e favorecer espaço de intercâmbio entre as dimensões pessoais e profissionais, incitando seus saberes como um componente de mudança. Isto exige possibilidades para o enfrentamento de desafios e persistência na busca do conhecimento, haja vista, a profissão docente consistir num renovar-se todos os dias, pois o conhecimento não está acabado (MASETTO, 2003). Nesse contexto, para as discussões pretendidas destacam-se os posicionamentos dos docentes nas 7 (sete) perguntas propostas no formulário *online* assim apresentadas:

Pergunta 01: Você considera que o curso de sua formação inicial contribuiu para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas?

Para 5 (cinco) professores “foi bom” e para 3 (três) “não acrescentou em nada”. A maioria dos professores afirma que o seu curso de formação inicial contribuiu de alguma maneira para sua formação e prática na Educação Especial. No entanto, para os demais não acrescentou ou mesmo representou algo que tornasse sua prática atualmente inclusiva. Imbernón (2010) evidencia que o magistério se tornou complexo e diversificado e a profissão docente tem assim exercido outras funções direcionadas para a luta contra a exclusão social, a participação nas relações com estruturas sociais e com a comunidade, o qual exigirá também uma nova formação inicial e permanente do professor.

Pergunta 02: E atualmente, como você analisa a sua prática pedagógica na perspectiva

inclusiva? Quais evidências você destaca?

Para os professores P:01 e P:03 foi “regular” e “razoável”. Já para P:02, P:04 e P:07 não houve uma certa clareza no entendimento e P:05, P:06 e P:08 foram mais densos em suas análises sobre a pergunta proposta. Destaca-se o posicionamento de P:08, “[...] *a prática pedagógica tem sido a cada dia ressignificada [...] justamente no ato de planejamento [...] para tanto, faço as devidas adaptações curriculares.*”

Sob o ponto de vista de Sacristán e Pérez Gómez (1998) falar em formação e profissionalização do professor é debater como cultivar o domínio e a qualidade do conhecimento e das técnicas que abrangem a profissão docente, a competência e a eficácia profissional na prática pedagógica cotidiana. As habilidades na condução das modalidades de ensino, como a Educação Especial, por si só demanda um constante estudo e formação, torna-se evidente que os vocábulos “formação e profissionalização” estão intimamente imbricados e se complementam na inclusão que produz todo o trabalho do professor.

Pergunta 03: Discuta fragilidades e potencialidades da escola e da SEDUC nas ações da política de Educação Especial.

Para os professores P:01, P:02, P:03, P:04 e P:05 as suas colocações quanto às fragilidades destacam a necessidade de intensificar a “formação docente”, os “treinamentos” e os “recursos pedagógicos”. Na fragilidade apontada pelo professor P:06 “[...] *adaptar as estruturas prediais das escolas para receber e lidar com as diferenças*”, percebe-se um chamado para o poder público quanto a questão da acessibilidade escolar. Em deixá-la não só um ambiente agradável e estimulante principalmente, mas acessível.

E como potencialidades os professores se manifestaram da seguinte maneira: “*Não tem negado matrículas a alunos com deficiências*” (P:02); “[...] *professores capacitados e preparados para atuar*” (P:06); “[...] *ter profissionais de diversas áreas da educação especial no quadro fixo de professores*” (P:07); “[...] *a SEDUC e as escolas dispõem em seus quadros de profissionais docente e não-docentes altamente qualificados e com formações em LIBRAS, Braille, AEE e em outras áreas da educação inclusiva*” (P:08).

Então, há pontos que dariam por si só uma ampla discussão, pois se trabalha a questão da permanência do aluno com deficiência na escola conforme dispõe a vigente Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008). E que a SEDUC apresenta profissionais com potencial para atuar na Educação Especial. Depreende-se que a formação continuada em serviço tem sido significativa para os docentes da rede. Em razão do exposto a reflexão acerca da formação dos professores que atuam na Educação Especial na perspectiva inclusiva implica pensar as tendências atuais para a formação de todos os professores da educação básica (GARCIA, 2013).

Pergunta 4: As políticas educacionais e os documentos norteadores para a Educação Especial direcionam ações voltadas para a formação docente e práticas pedagógicas com os alunos dessa modalidade de ensino? Comente como ocorre essa ação.

Para P:02, P:03 e P:07 as repostas foram negativas, ou seja, eles consideram que o corpo legal da Educação Especial precisa de mais atenção para de fato se refletir no contexto escolar. Entende-se a necessidade da formação docente contínua e que ele flexibilize as formas de superação de campos demarcados, pois é preciso escapar dessa dicotomia e evitar práticas pedagógicas segregadoras.

A exposição de P:05 sobre essa questão reflete que as *“Políticas sociais e documentos norteadores existem mais na prática a realidade é bem diferente”*. Assim, o respectivo docente demonstra que mesmo com a existência de tais documentos não implica dizer que por si só mudam o cenário educativo.

Já para P:01, P:04, P:07 e P:08 existem sim direcionamentos por parte das políticas educacionais para a formação docente conforme frisam: *“[...] São os referenciais teóricos, leis e a política de educação inclusiva que dão embasamento para as práticas exercidas na escola”* (P:04); *“[...] os cursos de licenciatura contam com disciplinas que abrangem a educação especial”* (P:07) e *“Direcionam sim, todos os profissionais docentes e não-docentes da escola conhecem e fazem uso desses documentos [...]”* (P:08).

Os documentos normativos auxiliam o direcionamento da prática pedagógica docente. Mas não devem ser encarados como um dogma e sim como elementos que preservam a questão da autonomia docente e da proposta pedagógica da escola. Para Freitas (1999), o professor não se configura mais como técnico reproduzidor de conhecimentos e/ou gerenciador de programas pré-elaborados. Ele é um profissional com capacidade de inovação, de participação nos processos de tomada de decisão e de produção de conhecimento sobre seu trabalho e saberes construídos. Associado a isso, sua atuação no processo constitutivo da cidadania dos alunos é essencial para a superação das desigualdades sociais.

Pergunta 05: Como você desenvolve a prática pedagógica com o atendimento a sua clientela da Educação Especial? Comente.

Nesse quesito cada professor respondeu dentro de seu campo de atuação na referida modalidade de ensino que podem ser assim observadas:

“No dia a dia de forma acessível e alcançável” (P:01); *“Na sala de recursos com materiais de apoio”* (P:02); *“Atendimento comunicacional em Libras”* (P:03); *“Juntamente com a sala de AEE são planejadas ações e estudos a serem desenvolvidas com cada aluno especificamente”* (P:04); *“Com muita pesquisa e produção de materiais juntamente com os estudantes alvo do trabalho.”* (P:05); *“Construindo mecanismo metodológico como escopo de encontrar possível solução na tentativa de resposta ao problema. Levantar informações pertinentes ao fenômeno estudado servindo como base na definição da metodologia a ser aplicada”* (P:06); *“Traduzindo para Libras as aulas ministradas em língua portuguesa oral”* (P:07) e *“A partir da elaboração do PEI - Plano educacional individualizado articulado com práticas integradoras”* (P:08).

Percebe-se que em cada área de atuação dentro da Educação Especial existe uma forma, ou seja, são desenvolvidos procedimentos metodológicos diversificados em atendimento ao público específico de cada área. Fato, que chama a atenção para que a formação e profissionalização do

docente desta então modalidade de ensino seja algo a ser pensada e reavaliada, pois como posto nas colocações destes profissionais, muitas carências existem.

Pergunta 06: Você se sente preparado/a, do ponto de vista da profissionalização docente para atuar com essas práticas pedagógicas voltadas para o atendimento aos seus alunos da Educação Especial?

Para todos os professores, de P:01 a P:08 a resposta foi “sim”. Eles manifestaram segurança em afirmar que estão preparados nesse aspecto para o trabalho na Educação Especial. Segue as exposições de P:05 e P:08: “[...] *após muitos estudos, pesquisas e formações, busquei me qualificar para isso*” (P:05); “*Hoje sim, porque busquei me qualificar no âmbito da educação inclusiva, e venho atuando nessa área e desenvolvendo pesquisas, participando de congressos e demais eventos voltados para educação inclusiva*” (P:08).

Então, conforme destacam os respectivos docentes (P:05 e P:08), hoje se sentem preparados, do ponto de vista, da prática pedagógica cotidiana e da longa experiência para atuar na perspectiva inclusiva, porém quanto a profissionalização, há muito a se caminhar. Mas muito do que expressam se deve a tomada de consciência e necessidade próprias para realizar um fazer pedagógico diferenciado, ou seja, a busca por profissionalização ocorre por iniciativa do docente (FREITAS, 2002).

Pergunta 7 - Nesta pesquisa, três elementos ganharam destaque: formação docente, profissionalização do professor e prática pedagógica na Educação Especial. Pense nas possibilidades e desafios presentes nesses três elementos para ações que contemplem as necessidades ou possibilidades de aprendizagem dos seus alunos. E, a seguir proponha algo relacionado a esse tripé.

Para P:01, P:02, P:04, P:05, P:06 e P:07, foi perceptível a necessidade de formação, troca de experiência, colaboração, novos conhecimentos e ampliação das políticas educativas. Questões estas peças-chave para a ocorrência de uma prática docente e profissional com vista a garantia da qualidade não só do ensino, mas da aprendizagem do aluno com deficiência incluso na escola regular, no sentido de construir um convívio humano harmonioso e saudável (LIBANIO, 2001).

Para P:03 e P:08 respectivamente existem pontos necessários e que muito se discute no âmbito acadêmico e profissional: “[...] *o locus da formação e desenvolvimento profissional docente é a própria escola. Valorizar a intersubjetividade docente, os saberes docentes, buscar trabalhar uma formação colaborativa entre pares [...]*” (P:03) e “[...] *a formação docente, profissionalização do professor e práticas pedagógicas na Educação Especial são indissociáveis [...]*” (P:08). É importante considerar que apesar destes profissionais compartilharem experiências semelhantes, cada um manifesta-se conforme suas características pessoais, seus recursos intelectuais, emocionais, seu estilo de aprendizagem, experiências profissionais, dentre outras (FIGUEIREDO, 2013).

Entende-se que os professores devem lutar juntos em prol da implementação de políticas de formação que de fato possibilite uma profissionalização concreta e significativa, pois a formação compreende um elemento essencial para o desenvolvimento profissional, porém não é o único e

talvez não seja decisivo (IMBERNÓN, 2010).

É assim descrito como um processo que envolve a socialização, comunicação, reconhecimento entre os profissionais da docência. Todavia se apresenta como um processo político econômico, porque no contexto das práticas e das organizações incute novos modos para o trabalho docente e de relações de poder entre grupos, no contexto da instituição escolar assim como fora dela (NÚÑEZ; RAMALHO, 2008).

Portanto, a profissionalização deve ser analisada enquanto uma unidade, assinalada pelos aspectos interno e externo, num processo dialético de construção da identidade e do desenvolvimento profissional. Para Tardif (2013), a profissionalização docente é compreendida no discurso internacional da reforma da educação como um movimento docente e do desenvolvimento social do ensino, concebendo o ensino enquanto uma vocação e como um ofício.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciaram que, segundo os professores da Educação Especial investigados, a formação e profissionalização docente se apoia no compromisso, na formulação e ampliação das políticas públicas de formação e sobretudo, no dedicar-se. Tais questões demonstraram a existência sobre a seriedade do compromisso político-social na docência, visto que o processo de formação envolve uma complexidade que ultrapassa o domínio de metodologias e discursos incongruentes. O balanço aqui delineado assinala para a compreensão, segundo a qual o professor da Educação Especial necessita de uma reavaliação sobre sua atuação docente. Para finalizar, prima-se como aspecto fundamental a compreensão da atual realidade de formação dos professores da Educação Especial em nosso país, e particularmente na capital maranhense (São Luís) para desvelar os nexos existentes entre o arquétipo societário atual e o padrão de professor funcional a essa sociedade que se quer inclusiva. Portanto, compreende-se a necessidade destes professores de possuir uma formação voltada aos saberes político-pedagógicos de maneira indissociável, como dito na pesquisa, à essa modalidade educacional. A cada dia, a cada instante e a cada olhar sobre e para a formação e profissionalização na educação, percebe-se que os professores são mais cobrados. A garantia da inclusão escolar não caberá somente ao professor e sim passará a ser uma construção coletiva que culminará até mesmo para a afirmação de sua identidade profissional.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Eu, autora deste artigo, declaro que não possuo conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Brasília: 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva**. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisa qualitativas. Curitiba, **Educ**, n. 24, p 213-225, 2004.
- ENS, R. T.; DONATO, S. P. Ser professor e formar professores: tensões e incertezas contemporâneas. *In*: ENS, R. T.; BEHRENS, M. A. (org.). **Ser professor: formação e os desafios na docência**. Curitiba: Champagnat, 2011. p.79-100.
- FIGUEIREDO, R. V. de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. *In*: MANTOAN, M. E (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 5 ed. Petrópolis, RJ: 2013. cap. 2. p. 57-68.
- FRANÇA, M. G. **As complexas tramas da inclusão escolar: o trabalho do professor da educação especial**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- FREITAS, H. C. L. de. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 136-167.
- FREITAS, H. C. L. de. **Documento norteador para elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores**. Campinas, SP: ANFOPE; Unicamp, 1999. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/grupos/formac/diretrizes/diredoc1.htm>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52 jan./mar. 2013, p. 101-239.
- GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.
- HAMZE, A. Internetês. Disponível em: <http://pedagogia.brasilecola.com/trabalho-docente/internetes.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIBANIO, J. B. **A arte de formar-se**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- MANTOAN, M. E (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 5 ed. Petrópolis, RJ: 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação – SEDUC. **Educação Especial**. São Luís, 2020. Disponível em: <http://conselhodeeducacao.ma.gov.br/cee-participa-de-debate-sobre-politica-nacional-de-educacao-especial/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MASETTO, M.T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: v. 11, n. 33, p. 387-405, set/dez. 2006.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In _____. **Vida de Professores**. Porto: Porto Editora, 2007. cap. 1. p. 11-17.

NÓVOA, A. Formação de professores e formação docente. In: _____. **Os professores e a sua formação**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

NÚÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professores do ensino fundamental. **Revista Ibero americana de Educación**, OEI, n. 46, 9-10 setembro de 2008.

OMOTE, S. **Inclusão e a questão das diferenças na educação**. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 251-272, jul./dez., 2006.

SACRISTÁN, J. G; PÉREZ GÓMEZ, A. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HIGIENE INFANTO-JUVENIL: SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM A VULNERABILIDADE SOCIAL

Emily Faé Ginelli

EMESCAM, Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/4661235808047305>

Gustavo Alberto Briske Klug

EMESCAM, Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/1029775360715391>

Julia Villa Coutinho Ferreira

EMESCAM, Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/4278060831157349>

Ana Carolyna Teodoro Gomes de Lima

EMESCAM, Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/6849481283172548>

Ana Beatriz Teixeira Rodrigues

EMESCAM, Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/5863070862611955>

Adriane Vianna Carbone

EMESCAM, Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/0181088323983464>

Francine Alves Grativel Raposo

EMESCAM, Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/7454932894400856>

RESUMO: Introdução: Os determinantes sociais e ambientais influenciam a saúde coletiva, o que se reflete em déficits de saúde observados, sobretudo, em áreas de vulnerabilidade social. Esse cenário resulta de desafios existentes no processo de educação em saúde, panorama no qual, por meio de uma educação pautada em mudanças de hábitos, crianças e jovens se destacam como agentes essenciais para colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população, e, assim, reverter tal realidade. **Motivação do estudo:** Realizou-se esta revisão de literatura a fim de se analisar os impactos da vulnerabilidade social e da escassez de políticas públicas voltadas para a educação em saúde no processo de adoecimento de populações menos favorecidas. **Método:** Foram selecionados artigos e dados online que correlacionavam saúde e educação com o aspecto socioeconômico dessas classes sociais. Este material foi analisado e sintetizado de maneira a tornar possível a compreensão da realidade presente no Brasil. **Resultados e Discussão:** Os dados analisados evidenciam a importância do empoderamento e da autonomia, obtidos por meio do desenvolvimento de um processo educacional com ênfase no público jovem, como ferramentas capazes de transformar o meio social e superar os limites impostos pelo contexto de vulnerabilidade. **Conclusão:** Assim, a pesquisa bibliográfica reforça a relevância de estudos que compreendam a vulnerabilidade social como agente comprometedor da educação em saúde, destacando o impacto da promoção, sobretudo em meio escolar, de medidas socioeducativas que visem a ampliação de hábitos de higiene tanto individuais quanto coletivos na superação de déficits existentes no âmbito da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade Social. Saúde Coletiva. Educação em Saúde.

CHILDREN AND YOUNG INDIVIDUALS' HYGIENE: ITS IMPORTANCE IN HEALTH EDUCATION AND ITS RELATION WITH SOCIAL VULNERABILITY

ABSTRACT: Introduction: Social and environmental determinants have an influence on public health, which is reflected in health deficits that are observed, especially, in areas of social vulnerability. This scenario results from challenges in the health education process. Therefore, kids and teenagers, when involved in an education centered on habit changes, are highlighted as key agents to collaborate with an improvement in the population's wellbeing. **Motivation:** This literature review was carried out in order to analyze the impacts of social vulnerability and the scarcity of public policies aimed, above all, at health education in the process of illness of less favored populations. **Method:** This research analyzed a selection of articles and online data that correlated health and education with the socioeconomic aspect of these social classes. This material was analyzed and synthesized in order to make it possible to understand the reality of Brazil. **Results and Discussion:** The results show the importance of empowerment and autonomy, obtained through the development of an educational process with an emphasis on young people, as tools capable of transforming the social environment and overcoming the limits imposed by the context of vulnerability. **Conclusion:** Thereby, the bibliographic research reinforces the relevance of studies that understand social vulnerability as a compromising agent of health education, highlighting the impact of promoting, especially in

schools, socio-educational measures aimed at expanding individual and collective hygiene habits in overcoming existing health deficits.

KEY WORDS: Social Vulnerability. Collective Health. Health Education.

INTRODUÇÃO

O processo de adoecimento é entendido como um somatório multifatorial, condicionado a fatores que perpassam o viés biológico e adentram facetas sociais, psíquicas e econômicas (ROUQUAYROL, 2017). Mediante essa visão holística, a população torna-se capaz de concentrar esses determinantes, conferindo à doença símbolos e significados ímpares.

Em relação a variáveis problemáticas, nota-se sua relevância ao abordar os impactos que podem advir delas. Torna-se claro, por exemplo, que a ampliação da higiene está intimamente relacionada à prevenção e ao combate de doenças (SILVA *et al.*, 2019). Além disso, tem-se a questão da água e dos alimentos contaminados, que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), constitui um dos problemas mais graves de saúde pública (PAULA, 2015). Um outro fator de importância diz respeito à higiene coletiva, uma vez que a negligência de condições sanitárias pode promover, por exemplo, doenças como a esquistossomose (REIS, 2018) e a dengue. Nessa perspectiva, reforça-se que, ao contornar o problema da higiene, tem-se a viabilidade de reduzir seus impactos associados.

Assim, a conscientização e a mudança de comportamento de uma população acerca da importância de se possuir bons hábitos de higiene, não se limitando aos parâmetros individuais, mas sim ampliando-os ao âmbito coletivo, emergem como instrumentos que levariam a efeitos positivos tanto para a saúde quanto para o bem-estar individual e de toda a comunidade.

Para isso, a formulação de um diagnóstico situacional de saúde permite constatar as peculiaridades relacionadas ao processo de adoecimento dessa população, ao passo que se molda um possível projeto de intervenção baseado em um processo educativo pautado na saúde, cujo público-alvo centra-se em crianças e jovens residentes de regiões de periferia. Esse projeto encontra-se atrelado, sobretudo, à ampliação da higiene na comunidade e ao acesso a uma saúde de qualidade, metas dificultadas pela escassez de ações do poder público na infraestrutura desses locais, assim como de ações que objetivem a inserção do eixo educação em saúde no ambiente escolar.

Dessa forma, busca-se ampliar a correlação saúde-educação mediante as necessidades identificadas nessa população. Partindo-se desse eixo, encaixa-se a motivação para esse trabalho, tendo em vista que a promoção da educação em saúde entre a população infanto-juvenil revigora os níveis de cuidado à saúde, uma vez que abrange as vulnerabilidades socioambientais e econômicas diagnosticadas na comunidade à qual esse grupo pertence. Para isso, dispõe-se de um processo educativo pautado em mudanças de hábitos capaz de fornecer melhoria nas condições de higiene, além de possibilitar que os déficits da saúde observados nas áreas de vulnerabilidade social sejam superados com a introdução de tais medidas socioeducativas.

Portanto, o objetivo do presente artigo é realizar um paralelo entre os hábitos de higiene, as condições socioeconômicas da população - sobretudo o público composto por crianças e jovens - e o processo de adoecimento, no intuito de evidenciar como esses indivíduos se inserem em um contexto de fragilidade na educação em saúde e como essa situação se torna um agravante para a saúde da comunidade, além de abordar a importância e a necessidade de conscientização dos indivíduos dessa faixa etária, por meio de processos educativos, quanto à ampliação dos hábitos de higiene individuais e coletivos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, básica, explicativa, realizado por estudantes do segundo período do curso de medicina da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória-ES, em abril de 2020, sob supervisão do docente, com objetivo de fundamentar a educação em saúde e buscar sua relação com os conceitos, de diversos autores, que permeiam o tema: higiene individual e coletiva e sua importância em um território socialmente vulnerável. Realizou-se uma revisão na base de dados do SciELO e da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), considerando os artigos publicados no período de 2004 a 2020. As publicações foram selecionadas a partir das palavras chaves (Vulnerabilidade Social, Saúde Coletiva e Educação em Saúde), definidas pelo grupo.

Os textos foram filtrados pelo ano de publicação, estudos em humanos, idiomas português, inglês e espanhol e por documento de tipo artigo.

Todos os processos de busca foram pautados em critérios de exclusão e inclusão de textos. Para os critérios de inclusão, foram utilizados os artigos completos e disponíveis. Para os critérios de exclusão, não foram selecionados os artigos de revisão, os artigos incompletos, artigos repetidos e artigos que não tratavam de educação em saúde.

Primeiramente, foram encontrados 27 artigos pelos critérios de busca. Posteriormente, observou-se que 10 dos achados eram repetidos. Em seguida, dos 17 trabalhos, foram excluídos 13 artigos pelo título e resumo, uma vez que destoavam do objetivo principal deste estudo.

Foram selecionados 4 artigos para leitura na íntegra e, posteriormente, apenas 3 foram selecionados para serem usados como referência para a pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Constituição da República, promulgada no ano de 1988, em seu artigo 6º, assegura, a todos os cidadãos, direitos sociais, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, além de assistência aos desamparados (CONSTITUIÇÃO, 1988). Contudo, a prática deturpa a teoria, uma vez que parte da

sociedade, inserida em um contexto de vulnerabilidade, não tem uma garantia plena de grande parte desses direitos, em especial, no que se refere à educação e à saúde de qualidade.

Em uma primeira análise, destaca-se que a educação deve assumir um “papel libertador ao fomentar a crítica em serviço da transformação social”, enunciou, assim, o filósofo Paulo Freire, arguto teórico brasileiro. Ao tomar como norte a máxima do autor, evidencia-se o hodierno contexto socioeducacional do país como omissivo e exclusivo, uma vez que a vulnerabilidade social tem impacto diretamente na não democratização do ensino, especialmente no que tange à educação em saúde (SEVALHO, 2018).

Ao partir do ponto de vista do autor e do filósofo, convém destacar a necessidade de aprimoramentos das políticas de educação nas escolas de forma dinâmica e estruturada, principalmente em locais mais deficientes, a fim de promover uma ampliação do conhecimento em saúde e higiene pessoal que, por diversos motivos, como a falta de preparo e o pouco conhecimento de pais e responsáveis acerca desse tema, são deixados de ser ensinados às crianças e aos adolescentes no ambiente familiar. Dessa forma, a escola passaria a exercer a função de estimular, desde a infância, a discussão acerca da saúde e da adoção de bons hábitos de higiene.

O processo de educação em saúde encontra respaldo em eixos de atividades práticas, nas quais estudantes podem atuar em áreas de vulnerabilidade social (BACKES *et al.*, 2012). Isso permite não somente o aprendizado acadêmico a respeito de uma realidade, cujo maior desafio é a desigualdade, mas também colabora para o desenvolvimento de um processo que busque instigar o pensamento crítico de famílias residentes nessas localidades, e, dessa maneira, propor uma mudança em aspectos relacionados à problemática da saúde nessas regiões, principalmente no que tange a higiene. Essa mesma perspectiva também foi identificada nos estudos de Sevalho (2018), nos de Carvalho (2015) e nos de Farre *et al.* (2018), os quais evidenciam a questão do aprendizado sobre saúde para crianças e adolescentes em situação de fragilidade social e o efeito gerado a partir desse processo.

Desse modo, quando inserida em um ambiente marcado por diversos problemas relacionados à saúde pública, a educação em saúde, orientada para crianças e jovens, colabora para o desenvolvimento e criticidade desses indivíduos, sobretudo ao se basear em um ensino lúdico, recreativo e de fácil compreensão, acerca da higiene individual e coletiva. Esses, por sua vez, levam o aprendizado adquirido para suas residências, contribuindo para uma ampliação do entendimento acerca do processo de higienização para aqueles que possuem pouco entendimento sobre a importância dessa prática.

Outro ponto a respeito da adoção de ações educacionais, centradas em medidas de higiene, é a possibilidade das doenças, sobretudo aquelas relacionadas aos maus hábitos dessa prática, serem reduzidas, visto que a higienização pessoal é um fator crucial para a prevenção de infecções, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse sentido, o simples ato de lavar as mãos pode reduzir em até 40% o risco de se contrair doenças como gripes, diarreias, infecções estomacais, conjuntivite e dores de garganta, fatores que debilitam a saúde do indivíduo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). Assim, a educação em saúde se torna um ponto chave em regiões marcadas por um contexto de vulnerabilidade, em que doenças relacionadas com más condições de higiene, como

cólera, dengue e sífilis, podem ser reduzidas

Contudo, para que a higienização seja realizada de forma eficiente, é preciso educar a população para isso, especialmente aqueles indivíduos que se tornam vítimas das mazelas sociais presentes no território brasileiro. Devido a essa realidade, o processo de estimular bons hábitos de higiene apresenta obstáculos, os quais devem ser ultrapassados para tal realização. Dentre eles, cabe citar a vulnerabilidade social, que pode ser superada a partir da promoção do empoderamento e da autonomia de crianças e adolescentes (SEVALHO, 2018).

Destarte, devido à persistência de um panorama social marcado por uma defasagem em aspectos relacionados à saúde e à educação da população com menor condição socioeconômica e com menor grau de instrução, o papel crítico e libertador da educação tem sido deixado de lado, embora sua atuação se torne imprescindível para reforçar e melhorar hábitos de higiene. Outro ponto de suma importância é a promoção da Saúde Coletiva, por meio de políticas do Sistema Único de Saúde (SUS), em escolas de localidades mais necessitadas (CARVALHO, 2015), fato que será abordado de forma fundamentada no presente artigo.

Nesse sentido, à medida que se percebe uma população fortemente moldada pelo baixo poder aquisitivo, carência de saneamento básico e pela falta de segurança local, são identificados desafios quanto ao desenvolvimento de bons hábitos de higiene, ora individuais, ora coletivos. Assim, é possível observar tais fatores estabelecendo um contexto de forte agravante dos determinantes do processo saúde-doença dessa população.

Mormente, ao se avaliar a questão da vulnerabilidade social e de suas dimensões, verifica-se que, enquanto alguns autores definem vulnerabilidade como vulnerabilidade socioeconômica, advinda da fragilização da cidadania, ou seja, da não garantia dos direitos pautados nas bases constitucionais (SEVALHO, 2018; CONSTITUIÇÃO, 1988), outros encontraram, em suas pesquisas, que o conceito de vulnerabilidade parte, na verdade, de uma análise individual e social, correspondendo à resultante do estilo de vida do indivíduo e das condições de sua comunidade, assim como de aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (SILVA *et al.*, 2014).

Apesar de os autores acima citados apresentarem diversos ângulos diferentes de vulnerabilidade, eles chegam a um ponto comum, no qual os déficits relacionados à vulnerabilidade na saúde de indivíduos residentes em comunidades de periferia estão associados às relações econômicas, políticas e culturais que configuram a estrutura social.

Por conseguinte, surge o campo da Educação Popular em Saúde no Brasil, pautada nas ideias de Paulo Freire (SEVALHO, 2018). Tal fato proporcionou a construção de intervenções e ações educativas para a população de modo a diminuir as disparidades encontradas devido às variáveis desfavoráveis envolvidas no processo. Com isso, é possível uma equipe de saúde realizar ações, por exemplo, nas escolas (CARVALHO, 2015), objetivando mostrar que, apesar do contexto social em que aqueles estudantes estão inseridos, a higiene infanto-juvenil tem sua importância na prevenção da saúde coletiva.

Outrossim, para compreender o **empoderamento**, mencionado por Paulo Freire, é preciso observar que este termo se refere a uma liberdade conquistada que parte para uma mobilização e participação social para benefício de toda a comunidade, ou seja, a partir do momento em que a vontade individual for capaz de fomentar a consciência coletiva, as ações serão mais bem implementadas (SEVALHO, 2018). Ou seja, se os jovens se “empoderassem” para mudar os parâmetros de vulnerabilidade em que se encontram, certamente as respostas seriam melhoradas a médio prazo e beneficiariam toda a população (SILVA *et al.*, 2014).

Trazendo tal perspectiva para a questão da higienização, compreende-se que, antes de planejar a ação em saúde, faz-se necessário estabelecer a necessidade de criar no grupo infanto-juvenil, da maneira mais consciente possível, o empoderamento, para que, dessa forma, o projeto seja efetivo e com bons resultados, pois, quando instruído acerca da sua realidade, dos desafios e das problemáticas que norteiam seu contexto social, o jovem passa, então, a lutar por direitos sociais, sobre os quais, muitas vezes, o poder público é omissa e ineficiente para a resolução de problemas presentes em áreas de periferia. Dessa forma, além do empoderamento e de ações educacionais tornarem-se fundamentais para o ensino, no que se refere à importância da higienização das mãos, corporal, bucal, de alimentos, entre outros, também colabora para que a população tenha consciência de exigir ações públicas de saneamento básico, como a coleta de resíduos sólidos, tratamento de água e esgoto e limpeza de espaços públicos, fatores imprescindíveis para que a higiene coletiva seja alcançada.

Outrossim, a Teoria do Autocuidado, desenvolvida por Dorothea Orem, é baseada no princípio de que o indivíduo deve cuidar de si próprio. No entanto, existem indivíduos incapazes de se cuidar sem a ajuda de outrem e, nesse caso, se encaixam as crianças em idade escolar que, sozinhas, não são capazes de manter a boa higiene e a qualidade do cuidado. Portanto, esse déficit do autocuidado deverá ser preenchido com políticas que ampliem o conhecimento e a continuidade das ações de saúde aos familiares e responsáveis, delegando a eles a responsabilidade de zelar pelo bem-estar do indivíduo incapaz de cuidar de si próprio (QUEIRÓZ, 2014).

Nessa perspectiva, torna-se necessário também a interação entre profissionais de saúde e o público-alvo da comunidade, a fim de identificar as vulnerabilidades sociais e estimular o potencial criativo, principalmente na figura do jovem, que, para Paulo Freire, seria estimular sua autonomia no desenvolvimento de práticas inovadoras de saúde (SEVALHO, 2018; FARRE *et al.*, 2018).

Sendo assim, a autonomia, aliada ao processo de empoderamento da população mais vulnerável socialmente, mostra-se fundamental para a mudança, de forma positiva, acerca dos hábitos de higiene. Esse fato é comprovado por meio dos achados de Sevalho (2018), Silva *et al.* (2014) e Farre *et al.* (2018), em que os autores convergem para o mesmo pensamento, no qual a educação é um fator primordial para a promoção de saúde.

Evidencia-se, portanto, a Educação em Saúde em higiene individual e coletiva, apesar dos desafios, como a uma das melhores formas de promover conscientização, empoderamento e autonomia da população menos favorecida, principalmente crianças e adolescentes, uma vez que sua finalidade é encurtar as discrepâncias existentes na sociedade e decorrentes do contexto de vulnerabilidade social,

bem como buscar uma melhora nos padrões de saúde nessas regiões. Consequentemente, a partir dessas ações, será possível resguardar o direito pleno à saúde da população em questão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é crucial compreender a vulnerabilidade socioeconômica como agente comprometedor da educação em saúde. Sabe-se que o elo entre saúde e educação é essencial para promover valores de conscientização, empoderamento e autonomia acerca do processo de adoecimento em crianças e adolescentes. Por isso, destaca-se a importância de políticas de saúde nas escolas, a fim de enaltecer a qualidade da saúde individual e coletiva e, consequentemente, contornar esse desafio da vulnerabilidade.

Nota-se que essa vulnerabilidade também emerge associada a hábitos precários de higiene, o que facilita ainda mais a ocorrência de doenças como diarreia e cólera. Para contornar esse adoecimento, é fundamental compreender a territorialização da população vulnerável, a fim de mapear suas fragilidades e intervir direcionando a elas. Por meio de intervenções pautadas na higiene e no empoderamento, é possível trabalhar mudanças de hábitos e, com isso, ampliar o cuidado à saúde e o bem-estar desses indivíduos.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

BACKES, Dirce Stein. *et al.* **VIVÊNCIA TEÓRICO-PRÁTICA INOVADORA NO ENSINO DE ENFERMAGEM.** Rio de Janeiro: Escola Anna Nery, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Dia mundial da higienização das mãos.** Brasília, 2015.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil. **A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas.** Rio de Janeiro: Revista de Saúde Coletiva, 2015.

FARRE, Anny Giselly Milhome da Costa. *et al.* **Adolescent health promotion based on community-centered arts education.** Brasília: Revista Brasileira de Enfermagem, 2018.

PAULA, Ramon Alves de Oliveira. FARIA, Tatiane. GERMANO, Jaqueline de Lima. OLIVER, Josidel Conceição. VEIGA, Sandra Maria Oliveira Moraes. **Conhecimento dos agentes comunitários de saúde sobre segurança alimentar e intervenção**. Minas Gerais: Revista de Atenção Primária à Saúde, 2015.

QUEIRÓZ, Paulo Joaquim Pina; VIDINHA, Telma Sofia dos Santos; FILHO, António José de Almeida. **Autocuidado: o contributo teórico de Orem para a disciplina e profissão de Enfermagem**. Revista de Enfermagem Referência, 2014.

REIS, Marli dos. **Esquistossomose, pobreza e saneamento**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 2018.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. GURGEL, Marcelo. **Epidemiologia e saúde**. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2017.

SEVALHO, Gil. **O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire**. São Paulo: Interface (Botucatu), 2018.

SILVA, Cosmo Helder Ferreira da. DANTAS, Eldon Saraiva. CARNEIRO, Sofia Vasconcelos. MELO, Emanuelle Albuquerque Carvalho. **Avaliação dos Efeitos da Educação em Saúde sobre o Conhecimento e Comportamento de Higiene Bucal de Escolares**. João Pessoa: Revista Brasileira de Ciências da Saúde, 2019.

SILVA, Marta Angélica Iossi. *et al.* **Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2014.

OBSTÁCULOS NO ACESSO À CIDADANIA DE HOMENS TRANS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BAIXO AMAZONAS, PARÁ

Sabrina de Oliveira Gama

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/3601716531675054>

Laís Gabrielle Cardoso de Oliveira

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/8041758023317430>

Rui Massato Harayama

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/5627585214224115>

RESUMO: Introdução: A existência transexual é atravessada por diversos episódios que ferem a sua dignidade, pois a forma como expressam sua identidade sexual vai de encontro ao que é difundido socialmente como “normal”. Por isso, setores como o educacional e o mercado de trabalho formal são diretamente influenciados, tendo em vista que sua vulnerabilidade dificulta que atinjam tanto altos índices escolares quanto o alcance de ocupações formais, os condicionando à marginalidade. **Objetivo:** Relatar as experiências que a transexualidade expõe a homens transexuais nos ambientes acadêmicos. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal e qualitativo. Realizado em agosto a outubro de 2019, em um município do Baixo Amazonas, Pará. Os dados foram coletados por meio de entrevistas a três homens transexuais, estudantes de ensino superior. Esse estudo possui aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa sob o parecer nº 3.530.916. **Resultados:** Observou-se que apenas um sujeito não relatou constrangimentos no ambiente acadêmico, tendo boa convivência e nenhum direito desrespeitado, atribuindo a isso suas características sexuais masculinas bem consolidadas. Entretanto, dois alegaram enfrentar obstáculos, como exposições por um professor, que resistiu em garantir o direito de ser tratado pelo nome social. Sendo relatadas também dificuldades burocráticas no setor encarregado do uso do nome social da própria universidade, que conta com um processo lento que desencorajou um dos participantes a seguir com o pedido de alteração do nome, tendo então que utilizar o nome civil em sua frequência. **Conclusão:** As instituições de ensino apresentam diversos problemas na inclusão de transexuais, perceptível na infração a direitos advindas da própria comunidade interna e nos obstáculos no acesso a serviços que são direito do grupo. Esses achados

se equiparam as demais pesquisas científicas sobre os problemas enfrentados pelo grupo, permitindo reflexões acerca da negação de direitos básicos da população trans.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior. Pessoas transgênero. Minorias sexuais e de gênero.

OBSTACLES IN THE ACCESS TO CITIZENSHIP OF TRANS MEN IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS OF LOW AMAZONAS, PARÁ

ABSTRACT: Introduction: The transsexual existence is crossed by several episodes that hurt their dignity, because the way they express their sexual identity goes against what is socially disseminated as “normal”. For this reason, sectors such as education and the formal job market are directly influenced, given that their vulnerability makes it difficult for them to reach both high school rates and the reach of formal occupations, conditioning them to marginality. **Objective:** To report the experiences that transsexuality exposes to transsexual men in academic environments. **Materials and methods:** This is a descriptive, cross-sectional and qualitative study. Held in August to October 2019, in a municipality of Baixo Amazonas, Pará. Data were collected through interviews with three transsexual men, students of higher education. This study is approved by the Ethics and Research Committee under opinion nº 3.530.916. **Results:** It was observed that only one subject did not report constraints in the academic environment, having a good relationship and no disrespected rights, attributing to this their well-established male sexual characteristics. However, two claimed to face obstacles, such as exposures by a teacher, who resisted guaranteeing the right to be treated by the social name. Bureaucratic difficulties were also reported in the sector in charge of using the university’s own social name, which has a slow process that discouraged one of the participants from following the name change request, and then had to use the civil name frequently. **Conclusion:** Educational institutions present several problems in the inclusion of transsexuals, which is noticeable in the violation of rights arising from the internal community itself and in the obstacles in accessing services that are the group’s right. These findings are in line with other scientific research on the problems faced by the group, allowing reflections about the denial of basic rights of the trans population.

KEY WORDS: Higher education. Transgender people. Sexual and gender minorities.

INTRODUÇÃO

A população transexual historicamente tem sua vivência marcada por diversas violências, sendo alvos de inúmeros episódios que ferem seu direito a dignidade, e por isso se constitui enquanto um grupo vulnerável, dado que a existência trans não corresponde socialmente ao que é compreendido como natural (SALLES; GONÇALVES; ARAÚJO, 2017). Desse modo, esses estigmas adentram as diferentes esferas de vida desses sujeitos, entre elas o acesso ao mercado de trabalho formal e a escolaridade, propiciando obstáculos que dificultam e/ou impedem transexuais de atingirem maiores

índices de escolaridade ou tentar/assumir ocupações formais. Diferentes espaços são responsáveis por perpetuarem a intolerância ao segmento transexual, entre eles o ambiente educacional, considerado um dos pilares para a ascensão social (RIBEIRO, 2006).

Para Barbosa e Silva (2016) a fase escolar representa uma fase marcante, considerando o seu papel importante para o aprendizado, socialização e construção da personalidade do sujeito, além de possuir uma espécie de poder para transformar ou perdurar conceitos que sustentam o senso coletivo, entre eles o que trata as identidades de gênero e sexualidade a partir de uma ótica meramente biológica.

Algumas políticas adotadas nos últimos anos vêm oportunizando o acesso dessa população ao ensino superior, entre elas a de aplicação do uso do nome social, bem como programas para ampliação de ingresso às instituições de ensino para grupos de baixa renda (SCOTE, 2017). Mesmo sendo o acesso ao ambiente universitário um passo importante, ainda existem condutas transfóbicas e omissas que causam humilhação e por vezes motivam a desistência do estudante do curso, como colocado por Scote (2017) é necessário que para além do ingresso na academia, haja meios que garantam a permanência desse sujeito, considerando que sua existência geralmente possui diversas marcas e traumas. Dito isso, o objetivo do trabalho é relatar as experiências que a transexualidade expõe a homens transexuais nos ambientes acadêmicos no município de Santarém, Pará.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de campo, descritivo, transversal, com abordagem qualitativa, realizado de agosto a outubro de 2019, no município de Santarém, Pará. Esse trabalho é um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Percepções e vivências da população travesti e transexual no município de Santarém-Pará” e os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas a três homens transexuais, maiores de 18 anos e estudantes de ensino superior, sendo um acadêmico de uma universidade privada e dois de uma universidade pública. O método utilizado foi o *snowball* (bola de neve), este se caracteriza como um método de pesquisa não probabilístico, onde o entrevistado sugere outros possíveis nomes que possam contribuir para a pesquisa, iniciando-se através dos chamados “sementes” (entrevistados iniciais), que permitem construir uma rede de sujeitos que possuem características específicas, Vinuto (2014) contribui ao dizer que “a amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade”.

As entrevistas foram gravadas mediante o prévio conhecimento e permissão dos participantes, sendo posteriormente transcritas, analisadas e distribuídas em diferentes blocos, a fim de melhor visualizar os pontos trazidos em cada fala, o bloco aqui apresentado é nomeado “perspectivas de estudo e trabalho”.

O estudo foi aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa, sob o parecer 3.530.916. Os participantes dessa pesquisa se voluntariaram a participar, consentindo a participação e uso dos dados coletados oralmente gravados e por meio do consentimento expresso no Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE), as ações desenvolvidas nesse estudo estão dentro da resolução nº 510/2016 que normatiza as atividades envolvendo pesquisa com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os três participantes, apenas um sujeito não relatou qualquer constrangimento no ambiente acadêmico (instituição privada), possuindo boa convivência e nenhum direito civil lesado, atribuía isso a suas características sexuais masculinas bem consolidadas, a passabilidade relatada em seu discurso é embasada nas já conquistadas características secundárias como presença de barba, ausência de “traços femininos”, pelos corporais espessos e voz grave. O conceito de passabilidade é definido pelas características físicas que permitem com que o sujeito trans seja identificado enquanto pessoa cisgênera (PONTES; SILVA, 2018), o que é complementado por Jacintho (2019) quando discute a percepção de passabilidade, ao colocar que o patamar “homens cis” é entendido como uma zona que representa segurança, isso porque ao ser lido enquanto um homem cisgênero menores são as chances de sofrer com atos discriminatórios.

Entretanto, dois participantes (estudantes de instituições públicas) alegaram enfrentar diferentes obstáculos no espaço universitário, uma das dificuldades elencadas por um dos entrevistados foram episódios de exposições por parte de um professor, que além de proferir questionamentos vexatórios em frente à turma, também apresentou resistência em cumprir com o dever de tratá-lo pelo nome social. Para Figueiredo et al. (2018) o respeito ao nome social do grupo trans garante o seu reconhecimento enquanto indivíduo, amenizando a marginalização e exclusão social ao qual são vítimas. Entretanto, o conflito foi solucionado após o próprio aluno dialogar com o professor, explicando como se sentia e a importância de ter seu direito ao nome social respeitado.

Outro obstáculo apresentado se refere às dificuldades burocráticas no departamento responsável pela adoção do nome social da própria universidade, que conta com um processo lento e custoso. A lentidão do processo foi responsável por desencorajar um dos participantes que apesar de se identificar como homem trans e adotar nome social masculino, não utiliza “oficialmente” o seu nome social em frequências e outras modalidades acadêmicas, o que segundo o próprio entrevistado só é tolerado por conta do reconhecimento enquanto homem trans pelos seus colegas de turma, que o tratam no masculino e o chamam pelo nome social, essas ações são de extrema importância na validação da existência trans (SCOTE; GARCIA, 2020).

Nota-se como as instituições de ensino de forma geral estão permeadas pela heteronormatividade e como estão condicionadas a reproduzir esse conceito espontaneamente (SANTOS; ORNAT; PICHITELI, 2019). Os entraves institucionais e posicionamentos intolerantes vindo da comunidade, nesse caso professores, são um dos diversos mecanismos que favorecem a exclusão social da população trans dentro dos espaços de aprendizagem, o que propicia que permaneçam sem atingir grandes índices de escolaridade, e consequente menor remuneração. Isso ocorre em decorrência de o rendimento ser de acordo com o grau de educação formal que o indivíduo possui, ou seja, se

confere maior produção a aquele que é mais escolarizado, justificando assim a sua melhor gratificação (RIBEIRO, 2017).

CONCLUSÃO

Os problemas elencados pelos participantes demonstram que apesar do ingresso no ensino superior, as dificuldades dentro do espaço institucional existem e consolidam verdadeiras barreiras no acesso a direitos básicos de cidadania que são assegurados por lei. Apenas um sujeito não relatou conflitos em seu ambiente de estudo, a isso se justifica a sua forte passabilidade, mostrando como a cisheteronormatividade ainda é presente e domina as relações sociais nos diferentes ambientes. A insuficiente inclusão de transexuais nas instituições de ensino foi visível nos constrangimentos e nos obstáculos no acesso a serviços direcionados ao grupo, a exemplo das dificuldades no que se refere à adoção oficial do nome social, fazendo com que o estudante não se sinta plenamente amparado e revelando a fragilidade existente na inclusão educacional.

Diante disso, faz-se necessário a reciclagem dos profissionais dos múltiplos setores da sociedade, para estejam aptos a lidar com as mais diversas situações, inclusive a de inclusão do segmento trans, para que assim as desigualdades sociais que rodeiam este grupo sejam gradualmente desconstruídas. Cabe destacar brevemente sobre a consolidação do número amostral do estudo, ao qual se deu em decorrência da dificuldade de acesso a esse grupo, por algumas recusas e dificuldade de encontrar indivíduos com o perfil da pesquisa, em que os próprios participantes afirmavam não conhecer outros transexuais em suas universidades, isso corrobora com o fato de que as academias ainda são espaços predominantemente ocupados pela heteronormatividade, evidenciando a necessidade de mais políticas inclusivas para este grupo. Esses achados somam às demais evidências científicas documentadas sobre os problemas enfrentados pelo grupo, permitindo reflexões acerca da negação de direitos básicos que a população trans é vítima.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, B. R. S. N.; SILVA, L. V. Ações afirmativas para ingresso ao ensino superior como meio de efetivação do direito à educação para os/as transexuais e travestis. Revista de Artes e Humanidades. v. 1, n. 10. 2016

FIGUEIREDO, R. et al. Mudança de Nome Social de Pessoas Transgêneras: identidade de gênero

para além da biologia. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 17. 2018.

JACINTHO, S. S. Fora do “Cis”tema: Os caminhos da transição de gênero de homens trans. **Alabastro: revista eletrônica dos discentes da Escola de Sociologia e Política da FESPSP**, São Paulo. v. 1, n. 12, p. 6-15, 2019.

PONTES, J. C.; SILVA, C. G. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**. v. 1, n. 8, p. 396- 417. 2018.

RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006, p. 833 a 873. 2006.

RIBEIRO, M. G. Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 169-188, 2017.

SALLES, D. G.; GONÇALVES, J. S.; ARAÚJO, L. D. A transexualidade na literatura científica das ciências da saúde. **Informação & Informação**. Londrina, v. 22, n. 2, p. 265 – 292. 2017.

SANTOS, A. E. C.; ORNAT, M. J.; PICHITELI, M. A. As vivências de travestis e transexuais e os territórios nas Instituições de ensino superior do município de ponta grossa, Paraná. **Formação (Online)**, v. 26, n. 49, p. 259-273, 2019.

SCOTE, F. D. **Será que temos mesmo direitos a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba. 2017.

SCOTE, F. D.; GARCIA, M. R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Revista do Centro de Ciências da Educação**. Florianópolis. v. 38, n. 2, p. 01-25. 2020.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas. 2014.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Isadora Oliveira Gondim

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/7257219813780749>

Ana Paula de Lima Bezerra

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/3405287358149342>

Fernanda Gonçalves de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/5781639084564585>

Amanda Menezes Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/1005019010344099>

Saraid da Costa Figueiredo

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/4196884519431883>

Stéphane Bruna Barbosa

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/7735808487782758>

RESUMO: As políticas educacionais impactam em mudanças importantes no cenário escolar, visando promover o acesso à educação de qualidade a todo cidadão. Dentro deste contexto, a inclusão das pessoas com deficiência é um tema constantemente discutido, assim sendo, influenciando em mudanças contínuas na sociedade, como a construção do conceito de educação inclusiva, que engloba a premissa de uma educação de qualidade para todos, independente das deficiências e das limitações

sociais. A vista disso, essa pesquisa objetiva trazer informações sobre o impacto da evolução da inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Em relação a metodologia, foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Base de Dados de Enfermagem e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, considerando o período entre 2015 e 2020, por meio dos descritores: Políticas Públicas, Educação e Deficiências. Após a análise da literatura, observa-se que as políticas educacionais se desenvolveram até chegar no modelo atual, que consiste em uma educação inclusiva, buscando mais efetividade e abrangência. Desta forma, busca a integração dos alunos com deficiência, indo além da colocação do indivíduo no meio, promovendo a socialização. Entretanto, ainda encontram-se em amadurecimento, mesmo com a presença de conquistas, percebe-se desafios para execução prática, como barreiras físicas, metodológicas, instrumentais e atitudinais, que precisam ser transpostas, para uma maior consolidação da inclusão e aproximação da educação igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Educação. Pessoa com deficiência.

THE INCLUSION OF DISABLED PERSON THROUGH EDUCATIONAL SPACES

ABSTRACT: Educational policies impact on important changes in the school scenario, aiming to promote access to quality education for all citizens. Within this context, the inclusion of people with disabilities is a topic that is constantly discussed, thus influencing continuous changes in society, such as the construction of the concept of inclusive education, which encompasses the premise of quality education for all, regardless of disabilities and social limitations. In view of this, this research aims to provide information on the impact of the evolution of the inclusion of people with disabilities in the school environment. Regarding the methodology, a literature review was carried out in the databases Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences, Nursing Database and Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, in Portuguese, English and Spanish, considering the period between 2015 and 2020, using the descriptors: Public Policies, Education and Disabilities. After analyzing the literature, it is observed that educational policies were developed until reaching the current model, which consists of inclusive education, seeking more effectiveness and comprehensiveness. Thus, it seeks the integration of students with disabilities, going beyond placing the individual in the environment promoting socialization. However, they are still maturing, even with the presence of achievements, there are challenges for practical implementation, such as physical, methodological, instrumental and attitudinal barriers, which need to be overcome, for a greater consolidation of the inclusion and approximation of egalitarian education.

KEY WORDS: Citizenship. Education. Disabled person.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são muito importantes para que ocorram transformações sociais, pois objetivam suprir as necessidades da comunidade. A formulação das políticas públicas envolvem processos como desenvolvimento, planejamento, implementação e avaliação, para que cumpram seu propósito, retratando com clareza o cenário local (SOUZA, 2006; DALFIOR; LIMA; ANDRADE, 2015).

Saúde, educação e economia são focos importantes das políticas públicas, estes compreendem impacto em demandas que não podem ser ignoradas, pois afetam o desenvolvimento da sociedade. Levando em consideração o lugar de destaque que a educação ocupa, surgem as políticas educacionais, visando o acesso à educação de qualidade a todo cidadão, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 (FONSECA, 2009; BRASIL, 1988).

No primeiro momento foram criadas as classes especiais, porém nesse sistema ocorreu segregação das pessoas com deficiência. Logo em seguida, a inclusão foi colocada em prática no modelo das escolas especiais, que em sua maioria eram privadas ou filantrópicas. Considerando esse marco inicial, durante muito tempo ocorreu o distanciamento entre a rede pública de ensino e inclusão de Pessoas com deficiência (PCDs) (WERLE, 2014; MACEDO et al., 2014).

Com o passar do tempo, a mentalidade da sociedade passou por mudanças importantes, impactando em uma maior sensibilização para os preceitos de um cenário mais acessível e inclusivo. Dentro deste contexto, vem sendo construído o conceito de educação inclusiva, para atender pessoas com deficiência e promover a inclusão de forma ampliada. Além disso, esse modelo também tem o objetivo de introduzir mais alunos com deficiência em escolas públicas regulares (KASTRUP; THOMA; SOUSA, 2018).

A inclusão de PCDs é constantemente discutida no ensino superior, em 2016 foi criada a Lei n.13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. A partir disso, a parcela de alunos com deficiência no ensino superior se tornou mais representativa. Entretanto, de forma geral, o sistema de ensino ainda precisa de adaptações, pois não está completamente estruturado para atender às novas demandas (BRASIL, 2016; CANTORANI *et al.*, 2020).

O objetivo do estudo proposto é promover uma análise sobre a inclusão das pessoas com deficiência por meio dos espaços escolares, à luz da literatura considerando os aspectos informacionais sobre o impacto da evolução dos processos de inclusão no ambiente escolar.

METODOLOGIA

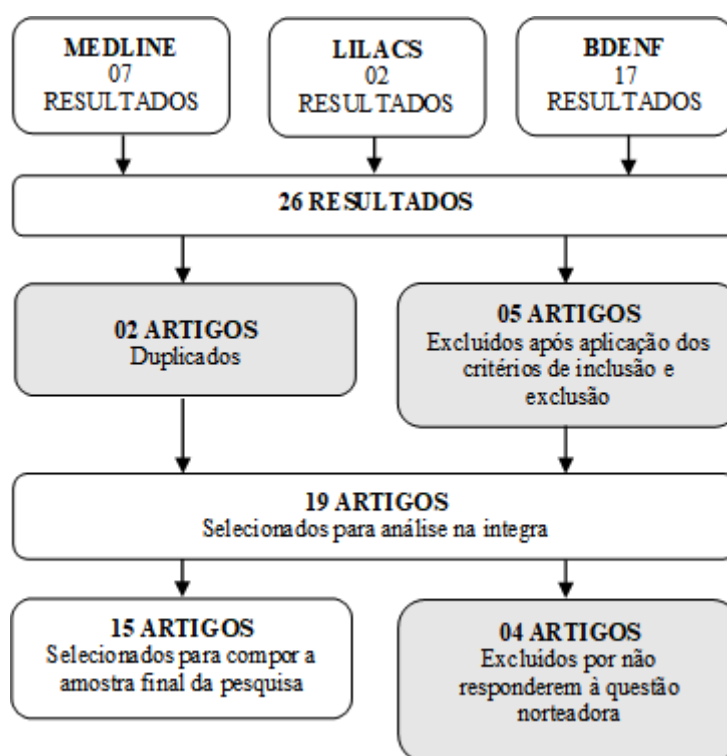
Para a construção e efetivação do estudo utilizou-se o referencial teórico proposto por Ganong (1987), desenvolvendo uma revisão integrativa de literatura, seguindo as etapas: elaboração da pergunta norteadora do estudo, seleção e busca dos descritores, pesquisa nas bases de dados

selecionadas, leitura dos estudos, análise e interpretação dos resultados e consolidação das informações encontradas. Com isso, a questão norteadora foi: quais informações foram publicadas em periódicos indexados, de janeiro 2015 a julho de 2020, que permitam analisar criticamente a importância do desenvolvimento das políticas educacionais para uma melhor inserção das pessoas com deficiência no meio acadêmico?”.

Os critérios de inclusão foram artigos completos de acordo com a questão norteadora, presente nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Com a utilização dos descritores cadastrados no portal de Descritores das Ciências da Saúde (DeCS): Políticas Públicas, Educação e Deficiências. Sendo os idiomas considerados, português, inglês e espanhol, no período de janeiro de 2015 a novembro de 2020.

Além disso, os critérios de exclusão utilizados foram: artigos que não estavam de acordo com os parâmetros estabelecidos para a inclusão, serem escritos em outros idiomas, publicados em mais de uma base de dados (duplicados) e não serem classificados como artigos científicos.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos para revisão integrativa de literatura, 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Em relação à análise e seleção dos estudos, pautado nos critérios de inclusão e exclusão, foi realizada a leitura detalhada dos títulos e resumos. Para a minimização de possíveis perdas aplicou-se a leitura na íntegra para os estudos que geraram dúvidas em relação aos critérios estabelecidos,

visando a inclusão de estudos com informações relevantes sobre a temática proposta.

Para melhor organização e visualização dos artigos, foi construído um quadro sinóptico (Quadro 1), utilizando-se o *software Microsoft Office Word 2010*. Dando seguimento a metodologia escolhida, realizou-se a categorização dos estudos selecionados, sendo 15 artigos que contemplaram os critérios para a inclusão, com as seguintes informações: título, autores e ano de publicação; objetivos; metodologia e resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados 15 artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. A seleção final dos estudos é apresentada no quadro sinóptico (Quadro 1) segundo título, autores e ano de publicação, metodologia, objetivos e resultados, sendo as publicações apresentadas em ordem cronológica, segundo ano de publicação.

Quadro 1 - Síntese dos estudos analisados segundo título, ano e país de publicação, delineamento, objetivo e resultados.

Título, autor e ano	Metodologia	Objetivo	Resultados
Accessibility and permanence in higher education: perception of students with disabilities GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018. BRASIL.	Para a realização deste estudo, contamos com a participação de cinco alunos com deficiência, matriculados numa Instituição de Educação Superior do interior do Paraná, sendo dois cegos, um surdo, um com deficiência física e um com visão subnormal. A faixa etária variou entre 20 a 49 anos. No que se refere às condições socioeconômicas, os participantes estão entre média e baixa renda. A maioria deles concluiu a Educação Básica em escola pública, sendo que apenas uma frequentou a rede particular de ensino. Os dados obtidos através das entrevistas citadas foram discutidos à luz da psicologia histórico-cultural, com fonte de nomes como Marx e Engles.	Verificar como alunos com deficiência, de uma Instituição Pública de Educação Superior de uma cidade no interior do Paraná, percebem as reais condições de acesso e permanência na universidade	Os resultados revelam que, no que se refere ao tema, essa Instituição vem adequando-se ao que é requerido pelas políticas públicas de inclusão, sobretudo quanto à acessibilidade à Educação Superior; entretanto, demonstra limites quanto às condições de permanência, dificultando a esses estudantes a acessibilidade ao conhecimento.

Assessment of progress in education for children and youth with disabilities in Afghanistan: A multilevel analysis of repeated cross-sectional surveys. TRANI et al., 2019. AFEGANISTÃO	Foram utilizadas duas pesquisas domiciliares transversais realizadas com oito anos de intervalo (2005–2013), nosso estudo mostra que o acesso à escola e a alfabetização não melhorou entre 2005 e 2013 para crianças e jovens com deficiência.	Tem o objetivo de analisar a política educacional ativa no Afeganistão, desde 2005, considerando o contexto de crise prolongada. Além de investigar os benefícios gerados através de investimentos na educação.	Faltam evidências sobre quais intervenções podem melhorar a experiência de aprendizagem e o bem-estar das crianças que moram em países de baixa renda (PBR).
Deconstructing Social Representations: for a Collaborative Culture for School Inclusion GLAT, 2018. BRASIL.	Análise da Desconstrução das Representações Sociais. O escopo do ensaio é uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório, com descrições históricas e questões problematizadas, gerando reflexões ao longo do texto. A autora descreve com foco nos conceitos de colaboração entre os professores e educação especial.	Este texto discute a cultura de colaboração entre os professores sob a perspectiva das representações sociais estereotipadas e a função dos educadores frente à escolarização de alunos com deficiências.	A ausência de uma cultura de colaboração pedagógica e psicossocial entre os diversos agentes educacionais influencia negativamente - eu diria mais, inviabiliza - a efetivação das políticas de inclusão escolar.
Do personal assistance activities promote participation for persons with disabilities in Sweden? VON et al., 2017. SUECIA.	Foram utilizados dados de registro e dados de questionário (N = 15.289). A análise de componentes principais foi realizada e a consistência interna foi testada. Estatísticas descritivas (teste χ^2) foram usadas em categorias e componentes de idade, sexo e pessoas elegíveis.	Examinar como o direito à participação de acordo com o Artigo 19 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD) é promovido pelo uso de assistência pessoal na Suécia em todas as categorias de idade, sexo e pessoas elegíveis.	Uma distribuição desigual de assistência pessoal entre os componentes Saúde e Cuidados; Casa, Lazer e Interação Social ; e Ocupação Diária foi encontrada. Diferenças significativas na assistência pessoal relatada foram encontradas entre crianças e adultos, homens e mulheres e entre as três categorias de pessoas elegíveis.
Factors that interfere with the process of inclusion of infants with physical disability in the nursery BOSSI; JUNGES; PICCININI, 2018. BRASIL.	Análise qualitativa, em que participaram 11 educadoras de duas creches públicas que tinham bebês com deficiência física incluídos no berçário.	Investigar os fatores que interferem no processo de inclusão de bebês com deficiência física no berçário, na perspectiva das educadoras.	Os relatos das educadoras apontaram diversos fatores que interferem na inclusão, como condições sociais e grau de instrução ,atribuídos às educadoras, ao bebê com deficiência e seus colegas, à creche, ao município e a outros profissionais.

How available to European children and young people with cerebral palsy are features of their environment that they need? ESPIN-TELLO et al., 2017. UNIÃO EUROPEIA	A amostra é de 594 crianças com PC, nascidas de 1991 a 97, que participaram do estudo com idades entre 8-12 (SPARCLE 1) e novamente com 13-17 anos (SPARCLE 2). Os participantes foram amostrados aleatoriamente a partir de registros populacionais de crianças com PC em oito regiões europeias; uma outra região recrutada de várias fontes. Os dados sobre meio ambiente foram coletados com o European Child Environment Questionnaire (60 itens)	Examinar a disponibilidade de recursos ambientais que as crianças com Paralisia Cerebral (PC) precisam para uma participação ideal e se a disponibilidade mudou para elas entre as idades de 8-12 e 13-17 anos. A PC é caracterizada por alterações neurológicas permanentes que afetam o desenvolvimento motor e cognitivo, envolvendo o movimento e a postura do corpo	As características ambientais necessárias não estão disponíveis para muitas crianças de 8 a 12 anos e 13 a 17 anos. Essa falta de disponibilidade é mais pronunciada em algumas regiões do que em outras, o que provavelmente resulta de suas estruturas políticas, legislativas e estatutárias.
Interdisciplinarity and school inclusion of disabled children from maternal stories GONCALVES DE CASTRO et al., 2019. CUBA	Estudo transversal, exploratório, com abordagem qualitativa. Também, o referencial teórico-metodológico adotado foi na perspectiva hermenêutica dialética. Com isso, busca compreender o contexto. Para tal, foi aplicada uma pesquisa à 20 mães de crianças com deficiência em acompanhamento no Centro de Saúde em MG. A entrevista semiestruturada foi realizada em visita domiciliar.	Analisar as vivências de crianças com deficiência, a partir das experiências em uma escola de um município brasileiro, a partir de histórias maternas.	Surgiram pontos problemáticos relacionados à inclusão escolar, desigualdades de direitos, escassez de profissionais de educação e saúde capacitados para o atendimento de crianças com deficiência, além de inadequações arquitetônicas, seleção e adaptação de móveis infantis.
Leisure of persons with disabilities: meaning, learning and teaching FOGANHOLI; GONÇALVES JUNIOR, 2015. BRASIL.	Observações e entrevistas de pessoas com deficiências físicas ou visuais que frequentam clubes sócio-recreativos na cidade de São Carlos-SP. Ao todo foram localizados em 7 clubes, 3 PCD's físico e 3 PCD's visual.	Compreender os processos educativos decorrentes das práticas sociais, como o lazer das pessoas com deficiências físicas ou visuais que frequentam clubes sócio-recreativos na cidade de São Carlos-SP.	Os processos educativos observados apontam o lazer como espaço de troca de experiências e afirmação da capacidade de fruição do mesmo pelo grupo

Mapping and analysis of the enrollment of students with disabilities in three Brazilian public universities <u>MARTINS; LEITE; CIANTELLI</u> , 2018. BRASIL.	Trata-se de um estudo longitudinal que considerou os procedimentos adotados na identificação para o ingresso e permanência desses estudantes, no intervalo de 2014-2015, levantados pela consulta da documentação das instituições.	Retrata, de forma crítica, os índices de matrícula na graduação de estudantes com deficiência em três instituições de ensino superior públicas no país.	Percebeu-se que o número de matrículas ainda é tímido, demonstrando a necessidade de investimentos em políticas afirmativas e institucionais, para garantir a participação desse segmento na universidade pública.
Professionalization of disabled people: reflections and possible contributions from psychology <u>VIEIRA; VIEIRA; FRANCISCHETTI</u> , 2015. BRASIL	É um texto predominantemente de discussão sobre as limitações a partir dos diferentes sujeitos sociais e as contradições que coexistem nas políticas públicas, mas, sobretudo, aponta-se caminhos e propõe-se na psicologia importantes instrumentos para a inclusão.	Discutir o fenômeno da profissionalização de pessoas com deficiência, expondo as limitações a partir dos diferentes sujeitos sociais e as contradições que coexistem nas políticas públicas, possibilitando a construção de instrumentos para a inclusão no âmbito da psicologia.	Discute-se o tema expondo as limitações a partir dos diferentes sujeitos sociais e as contradições que coexistem nas políticas públicas. A legislação traz avanços, porém o cumprimento é frágil e reducionista. Este trabalho apresenta possibilidades de contribuições da psicologia nos diferentes contextos: junto aos sujeitos com deficiências e seus familiares, à comunidade empresarial, às instituições e à sociedade civil, por meio da educação.
Public health policies for the intellectually disabled in Brazil: an integrative review <u>TOMAZ et al.</u> , 2016. BRASIL	Este estudo apresenta revisão integrativa da literatura científica e da legislação federal sobre políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil.	O objetivo dessa pesquisa foi realizar revisão integrativa sobre políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil, visando a contribuir para a síntese e a identificação de lacunas de conhecimento.	Do ponto de vista jurídico, embora tenham sido localizadas legislações relacionadas à área da saúde, faltam estudos que abordem a efetividade e o nível de implantação das políticas propostas.

Scaling up an early childhood development programme through a national multisectoral approach to social protection: lessons from Chile Crece Contigo. MILMAN et al., 2018 CHILE.	Análise da Ampliação um programa de desenvolvimento da primeira infância. Assim, após a transação foi feita uma análise comparando os dados e resultados de antes e depois.	Analisar o programa Chile Crece Contigo por meio dos seus princípios de colaboração intersectorial entre saúde, setores de proteção social e educação, colaborando para que as crianças consigam atingir seu potencial de desenvolvimento completo.	É permitida uma interconexão nesta rede de mudança cultural progressiva, que colocou valor sobre os princípios de equidade, coordenação e reconhecimento de que o desenvolvimento precisava de atenção. Todos esses recursos contribuíram para uma melhor compreensão e eficácia.
Schooling of Students with Disabilities in Minas Gerais: from Special Classes to Inclusive Education BORGES; CAMPOS, 2018. BRASIL	Foram consultadas fontes primárias, além de outras fontes secundárias que permitiram abordar os documentos a partir dos questionamentos sobre o estabelecimento das classes especiais em Minas Gerais.	Aprofundar e compreender melhor as transformações das classes especiais nas diferentes fases da Educação Especial aqui propostas: a fase das classes especiais, a fase das escolas especiais e a fase atual, da educação inclusiva.	Os resultados demonstram que, na primeira fase (1930-1950), crianças com deficiência, que até então estavam afastadas das escolas, passam a frequentá-las, nas chamadas classes especiais.
Social policies of social inclusion for people with disabilities PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017. BRASIL.	Foi realizado um levantamento de documentos e bibliografias. Utilizando palavras-chaves como “trabalho”, “inclusão social”, o material encontrado foi categorizado nos seguintes temas: movimento político de inclusão das PCD, trabalho e deficiência e caracterização populacional. Assim, foi classificado como estudo exploratório.	O objetivo deste artigo é compreender como a temática da deficiência se desenvolveu no campo das políticas públicas brasileiras depois dos anos 1970 até os dias atuais.	os resultados indicaram que, no Brasil, o movimento social das PCD se intensificou após o regime militar e ganhou contribuições de diferentes órgãos na hierarquia governamental brasileira, dentre os quais a CORDE e o CONADE, que, junto à Secretaria de Direitos Humanos, têm implantado e regulamentado ações de inclusão no país.

Social rights of children with chronic conditions: a critical analysis of brazilian public policies TAVARES; DUARTE; SENA, 2017. BRASIL.	Pesquisa documental de legislações que configuram políticas relacionadas à atenção às crianças com doença crônica e pessoas com deficiência nos âmbitos dos direitos humanos, saúde, assistência social e educação. Foi realizada análise crítica do discurso de três legislações selecionadas.	Analisar as políticas públicas brasileiras atuais que asseguram os direitos sociais das crianças com condições crônicas, nas áreas da saúde, assistência social e educação.	As crianças com condições crônicas são contempladas nas legislações pela representação de crianças com doenças crônicas ou com deficiências. Evidenciaram-se discursos associadas à ideologia de direitos humanos em conflito com a ideologia de normalização.
---	---	---	--

Fonte: Dados extraídos das bases de dados MEDLINE, LILACS e BDEF, 2020.

Questões como acessibilidade e a visão da sociedade sobre o corpo das pessoas com deficiência sempre foram recorrentes, sendo um tema observado por diferentes áreas. Durante um grande período a sociedade apenas se baseava no preceito do corpo-máquina, atrelando deficiência a incapacidade, com forte repressão e exclusão dessa parcela da população. Por considerarem esses sujeitos impossibilitados de produzir, quase não havia investimento voltado para a capacitação desse público (SILVA; PRISZKULNIK; HERZBERG, 2018; PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017.)

À medida que pensadores como LACAN começaram a ser mais discutidos e tomados como base, a visão do ser humano sobre o seu corpo físico e a relação da psique ocorreu de forma diferente. Essa discussão foi ampliada para várias áreas de pesquisa, como a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. Abrangendo assim, a ampliação do sentido de “ser humano”, para algo maior que produção de bens e promoção de serviços. Desta forma, aflorando o senso de que todos são merecedores de conhecimento e reconhecimento, envolvendo a modificação do ponto de vista da sociedade e das próprias pessoas com deficiência, sobre o corpo.(LACAN, 1975; GLAT, 2018)

Na contemporaneidade, o debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência ocorre em diversos países, sendo uma preocupação das Nações Unidas, que abordou essa temática na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD). Ademais, o processo acontece de maneiras diferentes, principalmente pela perspectiva histórica que a temática vem sendo trabalhada, com variações entre nações e entre locais dentro de um mesmo país. Em um paralelo entre a Suécia e o Brasil, o país europeu aborda a temática de acessibilidade a muito mais tempo, tornando algo mais instintivo para a população. Enquanto que no país da América Latina, essa temática é recente e ainda precisa de uma maior fiscalização e incentivo (VON et al, 2017; TRANI et al, 2019; BRANDÃO, 2019.).

No contexto da América Latina, como abordado por Milman et al (2018), o Chile criou uma rede de colaboração intersetorial entre saúde, os setores de proteção social e educação, apresentaram bons resultados ao apoiar todas as crianças a atingirem seu potencial de desenvolvimento completo.

Em uma análise comparativa, o Brasil, apesar da evolução, ainda apresenta uma fragmentação das ações, que têm impacto em uma menor abrangência.

No cenário brasileiro, a luta dos familiares foi muito importante para a conquista de direitos, principalmente as mães, que normalmente são responsáveis pelo cuidado direto das pessoas com deficiência (PCDs). A evolução é contínua, pois novas demandas surgem constantemente, considerando o dinamismo da situação, juntamente com a reivindicação de direitos, que apesar de existirem em legislações e leis, como a Lei nº 8.213, conhecida como Lei de cotas, nem sempre são colocados em prática (PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017; GLAT, 2018).

Inicialmente, foram criadas as classes especiais, porém nesse sistema as PCDs eram colocadas na escola comum, em salas de aula separadas, ocorrendo a segregação das pessoas com deficiência. Logo surgiram as escolas especiais, com foco nas demandas de PCDs e com integração de pessoas com questões em comum, estas foram importantes para o modelo de escolarização. Entretanto, esse processo foi protagonizado por instituições de caráter privado ou filantrópico, durante um longo período impactando em uma desvinculação entre educação de PCDs e escolas públicas (BORGES; CAMPOS, 2018; PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017).

Finalmente, de acordo com legislações e políticas, desenvolveu-se a educação inclusiva, refletindo na adaptação constante de escolas comuns e escolas especiais. Além disso, é crescente o incentivo para inclusão de pessoas com deficiência na escola pública (BORGES; CAMPOS, 2018; PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017; GLAT, 2018).

A permanência dos alunos no ambiente acadêmico ainda é um desafio, a falha da consolidação do processo de integração tem impacto na falta de motivação e desinteresse em continuar os estudos. Como consequência, a inserção de PCDs no mercado de trabalho ainda não é adequada, abrangendo aspectos como falta de qualificação e questões psicológicas desses indivíduos. Outro tema de destaque é a acessibilidade, que é um ponto de atenção na sociedade, causada principalmente por barreiras arquitetônicas, barreiras de atitude, barreiras sociais, barreiras no transporte e barreiras da comunicação (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018).

Sendo assim, as políticas educacionais se desenvolveram até chegar no modelo atual de educação inclusiva, buscando mais efetividade e abrangência. Entretanto, ainda se encontram em amadurecimento. Mesmo com a presença de conquistas, percebe-se desafios para a execução prática, como barreiras físicas, metodológicas, instrumentais e atitudinais. Desta forma, no Brasil as políticas educacionais estão se adaptando para atender as pessoas com deficiência, baseado em uma educação igualitária (FOGANHOLI; GONÇALVES JUNIOR, 2015; GONCALVES DE CASTRO *et al.*, 2019).

CONCLUSÃO

A literatura deixa clara a realidade da evolução histórica na inclusão da pessoa com deficiência no processo escolar. Ações como escolas especiais e políticas educacionais constituem-se marcos

nesse processo, viabilizando um ambiente mais democrático e inclusivo. Entretanto, os desafios persistem, a existência de falhas, barreiras físicas e sociais mostram-se uma realidade. Por isso, ainda com os avanços alcançados, é preciso o estabelecimento de medidas mais efetivas, como fiscalização e conscientização, garantido a redução de barreiras e proporcionando ambientes com educação inclusiva e igualitária, respeitando cada indivíduo e suas necessidades.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses entre os autores do presente estudo.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. A. P; CAMPOS, R. H. F. A Escolarização de Alunos com Deficiência em Minas Gerais: das Classes Especiais à Educação Inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru , v. 24, n. spe, p. 69-84, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500069&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

BOSSI, T. J; JUNGES, A. P. P; PICCININI, C. A. Fatores que interferem no processo de inclusão de bebês com deficiência física no berçário. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 22, n. 2, p. 377-384, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000200377&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A Educação Básica na Suécia e no Brasil: algumas semelhanças e diferenças. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 44, n. 1, e81083, 2019 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000100611&lng=en&nrm=iso. acesso em 06 Feb. 2021. Epub Feb 25, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-623681083>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 29 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em 24 nov. 2020.

CANTORANI, J. R. H. et al . A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 25, e250016, 2020 . Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100214&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2020.

DALFIOR, E. T; LIMA, R. C. D; ANDRADE, M. A. C. Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional. **Saúde em Debate** [online]. 2015, v. 39, n. spe, p. 283-297. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.2015S005316>. Acesso em 24 nov. 2020.

ESPÍN-TELLO, S. M. et al. How available to European children and young people with cerebral palsy are features of their environment that they need?. **Research in developmental disabilities**, v. 71, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S089142221730241X>. Acesso em 24 nov. 2020.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 29, n. 78, p. 153-177, Ago. 2009 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 nov. 2020.

GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. **Res Nurs Health**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 1-11, 2007.

GARCIA, R. A. B; BACARIN, A. P. S; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 22, n. spe, p. 33-40, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400033&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2020.

GLAT, R. Desconstruindo Representações Sociais: por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru , v. 24, n. spe, p. 9-20, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

GONCALVES DE CASTRO, G. et al. Interdisciplinaridade e inclusão escolar de crianças com deficiência a partir de histórias maternas. **Gac Méd Espirit , Sancti Spíritus**, v. 21, n. 3, p. 21-29, 2019. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1608-89212019000300021&lng=es&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

KASTRUP, V; THOMA, A.S; SOUSA, J. B. Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 38, n. 3, p. 551-553, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300551&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

Lacan, J. (1975). *Le séminaire: livre 1: les écrits techniques de Freud*. Paris: Seuil. (Seminário original proferido em 1953- 1954)

MACEDO, M. C. S. R. et al . Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 19, n. 2, p. 179-189, 2014 . Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 nov. 2020.

MARTINS, S. E.S. O; LEITE, L. P; CIANTELLI, A. P. C. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. spe, p. 15-23, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

MILMAN, H. M. *et al.* Scaling up an early childhood development programme through a national multisectoral approach to social protection: lessons from Chile Crece Contigo. **bmj**, v. 363, 2018. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/363/bmj.k4513.abstract>. Acesso em 25 nov. 2020.

PAIVA, J. C. M; BENDASSOLLIL, P. F. POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 23, n. 1, p. 418-429, jan. 2017 . Disponível em : http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100025&lng=pt&nrm=iso. acesso em 25 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p418-429>.

SILVA, D. R; PRISZKULNIK, L; HERZBERG, E. Qual o corpo deficiente?: Pressupostos ontológicos e práticas de tratamento. **Tempo psicanál.**, Rio de Janeiro , v. 50, n. 2, p. 102-118, dez. 2018 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000200006&lng=pt&nrm=iso. acesso em 03 fev. 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov.2020.

TAVARES, T. S.; DUARTE, E. D; SENA, R. R. Social rights of children with chronic conditions: a critical analysis of brazilian public policies. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, e20160382, 2017. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000400219&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

TOMAZ, R. V. V. et al . Políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 1, p. 155-172, 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000100155&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2020.

TRANI, J. F. et al. Assessment of progress in education for children and youth with disabilities in Afghanistan: A multilevel analysis of repeated cross-sectional surveys. **Plos one**, v. 14, n. 6, p. e0217677, 2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0217677>. Acesso em 25 nov. 2020.

VIEIRA, C. M; VIEIRA, P. M; FRANCISCHETTI, I. Profissionalização de pessoas com deficiência: reflexões e possíveis contribuições da psicologia. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília , v. 15, n. 4, p. 352-361, 2015 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572015000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

VON, G. H. et al. Do personal assistance activities promote participation for persons with disabilities

in Sweden?. **Disability and rehabilitation**, v. 39, n. 24, p. 2512-2521, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09638288.2016.1236405>. Acesso em 25 nov. 2020.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Panorama das políticas públicas na educação brasileira: uma análise das avaliações externas de sistemas de ensino. **Revista Lusófona de Educação**, v. 27, n. 27, Novembro 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4836>. Acesso em: 20 nov. 2020

OS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.

Viviane Teles Vidal Dalanesi¹

Universidade Estadual Paulista – Unesp, Bauru, São Paulo.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3052971675470624>

Ana Paula Costa Gimenez²

Universidade Estadual Paulista – Unesp, Bauru, São Paulo.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1963179617571641>

Andréa Rizzo dos Santos³

Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília, São Paulo.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9804407412975062>

RESUMO: Ao longo das últimas décadas, as tecnologias digitais de informação e comunicação - TDIC, provocaram intensas mudanças no cotidiano e no comportamento das pessoas, interferindo em suas formações e consequentemente, em seus modos de vida. Dentro desta perspectiva de inovação, as TDIC chegam as escolas modificando as formas de aprender, pensar, sentir e agir dos nativos digitais. Esta pesquisa teve por objetivo trazer um breve panorama histórico sobre a presença das tecnologias digitais de informação e comunicação na sociedade, e seus impactos na educação. A coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, buscando marcos históricos das TDIC, utilizando-se de apoio teóricos que trazem também contribuições sobre as novas perspectivas socioeducacionais frente a educação para o futuro. O artigo aponta necessidades de mudanças destacadas pela revisão teórica, e apresenta possibilidades para um novo ensino baseado na inclusão das tecnologias digitais de informação e comunicação nas práticas educativas, destacando-se também a inclusão dos games como mediadores de aprendizagem para os nativos digitais e como essa influência pode e deve ser trabalhada com objetivos de aprendizagens claros diante da era digital. Aponta-se também, que novas referências para Educação Básica podem ser planejadas e executadas, contribuindo para uma prática educacional mais eficiente e inovadora.

PALAVRAS-CHAVES: Tecnologias. Educação. Games.

ABSTRACT: Over the past few decades, digital information and communication technologies -TDIC, have caused intense changes in people's daily lives and behavior, interfering in their training and, consequently, in their ways of life. Within this perspective of innovation, DICTs reach schools by modifying the ways of learning, thinking, feeling and acting by digital natives. This research aimed to provide a brief historical overview of the presence of digital information and communication technologies in society, and their impacts on education. Data collection took place through documentary research, as a method of investigating social reality, seeking historical landmarks of TDIC, using support from theorists who also bring contributions on the new socio-educational perspectives regarding education for the future. The article points out the need for changes highlighted by the theoretical review, and presents possibilities for a new teaching based on the inclusion of digital information and communication technologies in educational practices, highlighting also the inclusion of games as learning mediators for digital natives and as this influence can and must be worked with clear learning objectives in the face of the digital age. It is also pointed out that new references for Basic Education can be planned and executed, contributing to a more efficient and innovative educational practice.

KEY WORDS: Technologies. Education. Games.

INTRODUÇÃO

Desde a chegada das tecnologias com a guerra fria, o mundo tem passado por transformações tecnológicas, que tornaram a atual era digital um processo natural. Ao longo das últimas décadas, as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), provocaram intensas mudanças no cotidiano e no comportamento das pessoas, interferindo em suas formações e consequentemente, em seus modos de vida (SOLA, 2019).

Dentro desta perspectiva de inovação e necessidade de apropriação intelectual, a tecnologia chega as escolas, por modos formais ou informais, modificando as formas de aprender, pensar, sentir e agir da geração contemporânea.

Pesquisas apontam que as TDIC podem ser potencializadoras dos processos de ensino e aprendizagem, desde que mediadas por educadores críticos e reflexivos, podendo ser uma fonte inesgotável de conhecimento, se utilizada com objetivos bem planejados.

Desta forma, este artigo teve como objetivo trazer um breve panorama histórico sobre a presença das tecnologias digitais de informação e comunicação na sociedade, e seus impactos na educação, e apresenta uma perspectiva fundamentada teoricamente de como as tecnologias quando bem planejadas e compreendidas, podem e devem ser utilizadas pedagogicamente promovendo um aprender em rede e permitindo a construção de uma condição de ensino aprendizagem emancipadora.

METODOLOGIA

A coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica e procedimento documental, enquanto método de investigação da realidade social, buscando marcos históricos das TDIC.

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens da natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e o seu contexto, de modo como elabora suas conclusões e como as comunica (SILVA; ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p 3).

Para tanto, buscou-se aportes teóricos que possibilitaram a análise do cenário histórico sobre a presença das tecnologias digitais de informação e comunicação na sociedade, e seus impactos na educação, através de artigos científicos, livros, dissertações, teses e a Base Nacional Curricular que abarcam o tema pesquisado. Autores como Gómez (2014) que aborda a educação em meio a era digital, também Coll e Monereo (2010) que referem as TDIC como novas ferramentas de aprendizagens no século XXI, e Levy que apresenta as transformações que as tecnologias trouxeram à sociedade e consequentemente à educação, entre outros autores que subsidiaram esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, é inegável a presença e a importância das tecnologias digitais de informação e comunicação em nossa sociedade abrangendo também o ambiente escolar, como refere Gómez (2014), as TDIC se tornaram um meio de participação social na era digital, além de se constituírem em atrativos para o público infantil, podendo contribuir como um importante recurso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem.

As tecnologias digitais de informação e comunicação estão causando um grande impacto na sociedade contemporânea, e consequentemente refletem no campo educacional (COLL; MONEREO, 2010). Nos dias atuais, em meio à pandemia do novo Coronavírus, COVID-19, as TDIC têm se mostrado ferramentas essenciais tanto para o mundo do trabalho como para a educação. O ensino tem suas bases apoiadas sob às tecnologias digitais de informação e comunicação neste cenário, onde em nenhum outro momento histórico da humanidade se vivenciou situação parecida. Entretanto, de acordo com Rossato (2014), mesmo havendo o aumento crescente de acesso às TDIC, ainda não atende a maioria da população, acarretando na exclusão digital, o que ficou evidente no atual cenário

da educação pública.

De acordo com Coll e Monereo (2010) o que estamos vivenciando há algumas décadas é o surgimento da sociedade da informação (SI), sob uma nova organização econômica, social, política e cultural, que transformou as formas de trabalho, comunicação, relacionamentos, aprendizagem, pensamentos e da vida de um modo geral.

Os autores salientam que a partir da segunda metade do século XX passamos a vivenciar o “paradigma tecnológico”, que se norteia em torno das TDIC. Nesse paradigma a internet é um complexo espaço global para ações nos mais diversos âmbitos da sociedade, inclusive na ação educacional. Moran (1995) descreve na década de 90, uma mudança de organização política e econômica que transitava da visão de nação para a globalização, além disso, enfatiza que não são as tecnologias que modificam a sociedade, mas a forma como são utilizadas dentro do modelo de produção capitalista, pois para o autor, os mecanismos de crescimento do capitalismo aceleram a disseminação das tecnologias atingindo um número maior de pessoas com potencial econômico para consumir e, conseqüentemente, gerar mais lucros.

As TDIC provocaram intensas mudanças em todas as dimensões da nossa vida e do mundo, Gómez (2014) cita quatro grandes períodos de desenvolvimento da história da humanidade: a idade da pedra, onde as principais atividades estavam relacionadas a caça, a pesca e a conservação de alimentos; o surgimento da agricultura, da pecuária e do intercâmbio comercial de, aproximadamente, 6.000 a.C. até o século XVIII; no século XVIII a era industrial e na década de 70 do século XX a era da informação, na qual estamos inseridos.

Nessa nova configuração da sociedade da informação, as pessoas não precisam estar necessariamente face a face ao mesmo tempo, para trabalhar, produzir conteúdo, materiais e oferecer serviços (COLL; MONEREO, 2010). Corroborando com essas ideias, Moran (1995) enfatiza que as tecnologias possibilitam novas formas produtivas, como o teletrabalho, por exemplo, onde pessoas em qualquer lugar do mundo podem estar conectadas numa mesma “sala de reunião”, além de diversas atividades e serviços que podem ser desempenhados através das TDIC, desde transações bancárias, compras em supermercados ou qualquer outro tipo de comércio, trabalhar, estudar, se divertir, ouvir música, assistir vídeos e filmes, acessar uma quantidade incrível de conteúdos para todos os gostos, necessidades e públicos.

Na sociedade da informação, segundo Gómez (2014), há uma mudança do eixo econômico, político e social da gestão da matéria prima para o gerenciamento das informações. As mudanças nas relações de poder e produção geraram profundas transformações na vida dos cidadãos.

A atual geração, em especial os jovens, imersos na era digital, é mediada pelas redes sociais e outras mídias digitais, assim, requerem novos modos de pensamentos, de processamento da informação, de expressão e ações (GÓMEZ, 2014).

Para o autor a dinâmica de produção de novas informações, consumo e atualização das mesmas, geram novas práticas de leitura, escrita, aprendizagem e pensamento, neste sentido Coscarelli

(2009) afirma que esta mudança não substitui as habilidades leitoras necessárias para lidar com texto impresso, ao contrário, elas promovem a ampliação de tais habilidades.

Sacristán (2000) salienta que devemos utilizar as novas tecnologias e oportunidades como somativos ao processo educativo, de tal maneira que a apropriação de novo modo de ensino e aprendizagem não seja inadequadamente resumido a uma opção em substituição a escola.

Gómez (2014) ressalta que no âmbito educacional, um dos grandes desafios contemporâneos é a transformação da enorme quantidade de informações desconstruídas e fragmentadas em conhecimento. Sola (2019), refere que a mediação do professor no uso das TDIC durante o processo de ensino e aprendizagem, pode estimular o interesse, entusiasmo, engajamento, envolvimento e motivação, onde ao ensinar o educador se torna também aprendiz desse processo.

E para a eficácia deste novo contexto educacional, é essencial a reformulação de currículos e dos processos de ensino aprendizagem, e claro, que os educadores passem a enxergar a relevância dessa nova forma de ver o ensino (GÓMEZ, 2014).

Desta forma, muitos estudos e discussões foram levantados, por exemplo, a nova BNCC (2017) teve como base uma lista de competências que são esperadas em fase escolar, dentre as quais é possível encontrar o uso das TDIC em:

“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (BRASIL, 2017).

A escola não pode desconsiderar, nos dias de hoje, o acesso às informações e ao conhecimento disponível, sem a presença das TDIC, e o aumento da utilização dessas tecnologias dentro e fora das escolas vai mudar a definição de sala de aula, tal qual a conhecemos, também, altera o conceito de currículo, além da interação entre os educandos com o conhecimento e com seus educadores (GÓMEZ, 2014).

Lévy (1996) defende a desterritorialização dos espaços formais de educação indicando o uso de jogos como forma de permitir que a educação ocorra independente dos espaços físicos disponíveis, podendo acontecer a metros de distância ou até mesmo em qualquer lugar do mundo de modo simultâneo.

Mattar (2010) revela uma nova dinâmica de aprendizagem na era digital, enfatizando a importância da motivação para que haja envolvimento no aprendizado escolar. Assim, o autor defende o uso de games como ferramentas tecnológicas para o processo de ensino aprendizagem dos nativos digitais. Para Lévy (1999), por meio dos jogos, há a composição de um conhecimento desenvolvido na cibercultura que promove a ampliação da capacidade de imaginação e permite o compartilhamento.

Segundo Mattar (2010), os games não permitem a passividade dos educandos, ao contrário, exige a interação ativa e estratégica, estimulando habilidades como a criatividade, a capacidade de análise, busca de soluções, motivação para novos desafios, além de trabalho em equipe em jogos com multiusuários. Os games são mais que atividades lúdicas, podendo ser utilizados como recursos didáticos em prol da educação.

Santaella (2013) afirma que um game pode ser considerado mídia, arte e principalmente uma nova possibilidade de aprendizagem, o que deixa claro que sua influência e relevância é evidente para a contemporaneidade, porém um game para ser considerado objeto de aprendizagem precisa ter objetivos bem definidos que permitam a ampliação das capacidades cognitivas e intelectuais do aluno.

Para Mattar (2010) é essencial levar em consideração como ocorre a aprendizagem dos nativos digitais, e da educação abarcar os games como uma forma divertida e eficaz de proporcionar aprendizagem aos educandos.

Tiellet et al (2010, p. 4) concluem que:

“Os jogos educativos digitais apresentam um conteúdo a ser aprendido e atividades práticas com objetivos educacionais baseados no lazer e diversão. São atrativos e podem ser muito divertidos. A motivação do aprendiz acontece como consequência da abordagem pedagógica adotada que utiliza a exploração livre e o lúdico [...] além disso, auxiliam na construção da autoconfiança e incrementam a motivação no contexto da aprendizagem. A atividade de jogar é uma alternativa de realização pessoal que possibilita a expressão de sentimentos e de emoção.”

Assim, o uso de games como facilitador da aprendizagem não só é um atrativo para os nativos digitais como também, se bem planejado, torna-se uma nova possibilidade para o ensino contemporâneo, permitindo que os professores incentivem a autonomia do estudante sem deixarem de ser mediadores da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), fazem parte do cotidiano da sociedade contemporânea como meios de compartilhamento de conhecimento em rede facilitando o acesso a bens, serviços e também à educação.

Embora as TDIC ainda enfrentem grandes barreiras no âmbito educacional, a promoção da inclusão digital, desde que de modo crítico e reflexivo, é uma maneira de permitir que a escola amplie o repertório do aluno que se encontra inserido nesta nova realidade e já possui a autonomia para sua utilização, além de levar o educador a refletir que o uso das tecnologias como ferramentas de apoio são recursos de grande relevância para uma aprendizagem significativa para a geração contemporânea.

Deste modo, cabe a toda comunidade escolar a mediação de uma prática pedagógica para o uso racional e inclusivo das TDIC, que seja um somativo ao processo de ensino aprendizagem e não um substituto a ele. Dentro dessa perspectiva, é possível evidenciar que o uso de games, desde que com objetivos bem planejados, pode e deve ser uma alternativa lúdica e motivadora na quebra dos paradigmas que envolvem o uso da tecnologia no ambiente escolar.

Desta maneira, mudam-se os modos de ensinar, mas não se perde seu propósito de participação social crítica. Logo, o que se busca é uma apropriação correta, uma mediação eficiente e uma consequente revolução nos modos arcaicos de ensinar que desmotivam e enfraquecem o sistema educacional.

Portanto, o papel relevante dos estudos na área fica perceptível diante da necessidade de provocar reflexões, oferecer estrutura e incentivar mudanças curriculares, para que assim efetivamente os alunos sejam protagonistas e construtores do seu processo de ensino aprendizagem.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>. Acesso em: 7 dez. 20.

COLL, C. MONEREO, C. **Educação e aprendizagem no século XXI. Novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades**. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, p. (15 – 46), 2010.

COSCARELLI, C. V. Textos e hipertextos: procurando o equilíbrio. **Ling. (des) curso**, Tubarão, v. 9, n. 3, p. 549-564, dezembro de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322009000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 de dez. 20.

GÓMEZ, A. I. P. **Educação na era digital: a escola educativa**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 1 ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **O que é o virtual?**. São Paulo: 34, 1996.

MATTAR, J. **Games em educação: como nativos digitais aprendem**. 1.ed. São Paulo. Editora Pearson, 2010.

- MORAN, J. Novas tecnologias e o re-encantamento do mundo. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro. v. 23, n.126, p 24-26, set/out. 1995.
- ROSSATO, M. A aprendizagem dos nativos digitais. Em A. Mitjáns Martínez, & P. Álvarez (Orgs.), **O sujeito que aprende: diálogo entre a psicanálise e o enfoque histórico-cultural**. Brasília: Liber Livro. p. 151- 178. 2014.
- SACRISTÁN, J. G. A educação que temos, a educação que queremos. In: IMBERNÓN. F. (org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Trad. Ernani Rosa. 2ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 37-61.
- SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. 1ª. ed. São Paulo: Paulus (Coleção comunicação), 2013.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Rev. Bras. de História & Ciências Sociais. n. I, p. 1-15, jul., 2009.
- SOLA, R. A. P. **Jogo digital: uma possibilidade pedagógica para a alfabetização e o letramento**. 2019.157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências, Bauru.
- TIELLET, C. A. et. al. Atividades digitais: seu uso para o desenvolvimento de habilidades cognitivas. 9 p. **Revista Renote Novas Tecnologias na Educação**. Santa Maria, RS, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14152/8087>. Acesso em 7 dez. 20.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA INFÂNCIA: DESAFIOS E INTERVENÇÕES

Ana Luiza Rabelo Saldanha¹;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

<http://lates.cnpq.br/0081051551027522>

Ana Beatriz Menezes Teixeira²;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Antônio Eusébio Diógenes Teixeira³;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Carola Braz de Lavor⁴;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Chendda Aikaa Feitosa Fontenele⁵;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Daniele Guedes Jucá⁶;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Danilo Gomes Rocha⁷;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Gabriel Gurgel Silva Fernandes⁸;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Manoel Cícero Viana de Lima⁹;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Maria Rita Máximo Julião¹⁰;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Victória Gentil Leite de Araújo¹¹;

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

Jocileide Sales Campos¹²,

Centro Universitário Christus (Unichristus), Fortaleza, Ceará.

RESUMO: A infância é um período de grande influência no desenvolvimento do ser humano, sendo primordial a atenção com a saúde nessa fase. Objetivo: Alertar e ensinar pais, profissionais da creche e as próprias crianças sobre cuidados de saúde e higiene que devem ser tomados para um desenvolvimento mais saudável destes. Metodologia: Inicialmente o grupo fez um diagnóstico de situação de saúde das crianças na creche Frei Tito, em Fortaleza-CE, aplicando a ficha do SISAB em casas da comunidade e realizando um grupo focal. A partir da priorização de problemas diagnosticados, atestou-se a necessidade da realização de um projeto de intervenção. Foram realizadas palestras que abordavam esses impasses e orientavam o posicionamento adequado dos responsáveis diante das crianças em determinadas situações, como má higiene e má alimentação, exposição a verminoses e pediculose, além de violência no ambiente (bullying). Planejou-se um cronograma de atividades baseadas em tais pontos para elas, a exemplo da dinâmica da lavagem das mãos e das frutas. Resultados: Após o diagnóstico de situação, deduziu-se que parasitoses intestinais, acidentes, violência e bullying eram sérios problemas que sondavam as crianças do estudo. Foi notório o interesse dos responsáveis nas explicações realizadas e a ampliação do discernimento dos pueris sobre educação em saúde (atestado pela alta porcentagem de acertos em questionários aplicados posteriormente). Conclusão: Por fim, concluiu-se que os pais e profissionais da creche atentaram-se para a importância dos assuntos abordados, bem como as crianças aprenderam, de forma lúdica, a se prevenir de certas doenças por meio de uma eficaz lavagem de alimentos e das mãos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Saúde. Criança. Higiene.

CHILDHOOD HEALTH EDUCATION: CHALLENGES AND INTERVENTIONS

ABSTRACT: Childhood is a period of great influence on the development of human beings, with health care during this phase being paramount. Objective: Alert and teach parents, daycare professionals and children themselves about health care that should be taken for their healthier development. Methodology: Initially the group made a diagnosis of the children's health situation at the Frei Tito nursery, in Fortaleza-CE, applying the SISAB form in community houses and conducting a focus group. From the prioritization of diagnosed problems, the need to carry out an intervention project was attested. Lectures were held that addressed these impasses and ways of positioning those responsible if the children were exposed to such a situation. Lectures were held that addressed these impasses and guided the appropriate position of those responsible for children in certain situations, such as poor hygiene and poor diet, exposure to worms and pediculosis, in addition to violence in the environment (bullying). A schedule of activities was planned based on such points for them, such

as the dynamics of washing hands and fruits. Results: After the diagnosis of the situation, it was deduced that intestinal parasites, accidents, violence and bullying were serious problems that probed the children of the study. The interest of those responsible for the explanations and the widening of the puerile's discernment about health education was notorious (attested by the high percentage of correct answers in questionnaires later applied). Conclusion: Finally, it was concluded that the parents and professionals of the day care center were aware of the importance of the subjects covered, as well as the children learned, in a playful way, to prevent certain diseases through an effective washing of food and hands.

KEY WORDS: Education. Health. Child. Hygiene.

INTRODUÇÃO

A infância é um período de grande influência no desenvolvimento do ser humano, sendo necessária a atenção com a saúde nessa fase, visto que ela interfere diretamente na formação cognitiva, social e saudável da criança. Não obstante, é válido destacar que educação e cuidado são conceitos inseparáveis e devem ser necessariamente levados em consideração nos serviços destinados às crianças, tornando o ambiente escolar o contexto ideal para o desenvolvimento de práticas que promovam a saúde.

MACIEL, Ethel Leonor Noia et al. discorre sobre a tentativa de implementar escolas promotoras de saúde que procuram desenvolver conhecimentos, habilidades e destrezas para o autocuidado da saúde e a prevenção das condutas de risco, principalmente de crianças, por meio de atividades de ensino e vivência, identificando as necessidades e demandas de tais indivíduos e, trabalhando estes de maneira lúdica, com metodologias participativas e práticas educativas.

Tendo em vista esse contexto, a maneira que este reverbera em todo o desenvolvimento dos pueris, principalmente na primeira idade, e a amplitude de benefícios trazidos tanto para as crianças quanto para a escola e para a família, o grupo de Pesquisa-ação fez um diagnóstico de situação de saúde das crianças na creche Frei Tito, em Fortaleza-CE, para que houvesse uma abordagem integrada e coerente, envolvendo a escola, os pais e a crianças do local, a ponto de oferecer apoio social e um encontro entre a família e a sociedade.

Este projeto teve como público alvo de intervenção crianças em idade escolar, inseridas em contextos de menores níveis socioeconômicos que, por sua vez, apresentavam um risco substancial para doenças infecciosas e parasitárias, como a pediculose e as verminoses, as quais se associam a más condições de água, saneamento básico e higiene. Vale destacar que tais problemas interferem de maneira negativa na manutenção homeostática desses indivíduos, em resposta aos malefícios da falta de higiene, levando a dificuldades no desempenho de ações relacionadas à saúde psicológica e orgânica, por exemplo.

Embasados na existência e na relevância de tal contexto, os docentes elucidaram todo o

cronograma de atividades que seria abordado com as crianças da creche, discutindo e elaborando intervenções por meio de educação em saúde. O objetivo do estudo foi intervir na melhoria do bem-estar e na rigidez do público abordado, visando qualificar os cuidados gerais com a criança, informar e educar sobre o combate a verminoses e a pediculose na prática, bem como orientar sobre a promoção à saúde infantil por meio da educação destes.

METODOLOGIA

O presente estudo foi de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e com o objetivo de descrever, enquanto pesquisa-ação, melhores cuidados com a saúde da população pueril. Inicialmente, com base nos passos da pesquisa-ação, os estudantes de medicina e seus orientadores traçaram um diagnóstico situacional de saúde infantil na creche pública Frei Tito, em Fortaleza-CE. Uma vez identificados, os problemas foram organizados em ordem de prioridade e atestou-se a necessidade de planejar a realização de um projeto de intervenção. A ficha do SISAB foi aplicada em casas da comunidade no período de 16 de outubro de 2019 a 04 de dezembro de 2019, bem como um cronograma de medidas práticas baseadas no projeto de intervenção, que foram: lavagem de mãos e frutas corretamente, palestras elucidativas para pais e responsáveis acerca de acidentes domésticos, prevenção do bullying e estratégias que evitem verminoses e pediculose na infância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de promover a educação em saúde na primeira infância, tendo em vista o diagnóstico de situação de saúde das crianças na creche Frei Tito, em Fortaleza-CE, as atividades lúdicas realizadas que abordavam as temáticas de parasitoses intestinais e ectoparasitoses, acidentes, violência e bullying obtiveram um êxito satisfatório, pois foi proporcionado conhecimento através de brincadeiras e histórias infantis, de tal modo que as crianças se divertiram e aprenderam simultaneamente, fato comprovado por questionários aplicados aos pueris. Tais atividades corroboram com artigos previamente lidos, como Controle de Parasitoses Intestinais e Ectoparasitoses em Instituições de Atendimento a Crianças Carentes na Cidade do Rio de Janeiro (MACEDO, Leda Maria Costa et al.), Construção da participação comunitária para a prevenção de acidentes domésticos infantis (ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck; CARTANA, Maria do Horto Fontoura) e Promoção da Saúde e Educação Infantil: Caminhos para o desenvolvimento (DELLA BARBA, Patrícia Carla de Souza et al.), os quais afirmam que esse cenário recorrente na comunidade pode ser transformado se houver uma participação conjunta e interdisciplinar entre os pais e a instituição de ensino, no intuito de suscitar, através da educação, a aprendizagem e o desenvolvimento psicossocial no público infantil. É válido ressaltar a importância da participação dos pais e educadores nesse processo, pois através de uma roda de conversa com os parentes foi possível entender a realidade familiar na qual eles estão inseridos e orienta-los acerca dessas temáticas com o escopo de que eles, juntamente aos educadores, possibilitem uma educação favorável a essas crianças e que a conjuntura atual de negligência à saúde

das crianças possa ser modificada.

CONCLUSÃO

No que diz respeito ao impacto da intervenção, foi observado um resultado positivo na abordagem lúdica e interativa, na tentativa de passar o conhecimento sobre alguns hábitos e cuidados na saúde, como higiene, cuidados com alimentação e prevenção de doenças comuns à infância, apesar da pouca idade das crianças. Foi visto que os infantes, ao serem questionados posteriormente sobre os impactos das atitudes dos alunos, respondiam corretamente e positivamente, evidenciando a boa repercussão do diagnóstico de problemas feito pela pesquisa-ação. É perceptível também que ao abordar bullying e cuidados paliativos sobre assuntos psicológicos com os responsáveis das crianças, esses se mostraram mais atentos e elucidados. Contudo, foi concluído que, apesar da ação, existe a necessidade de mais intervenções no meio puerpério no âmbito da atenção primária e básica na saúde infantil em crianças em idade escolar, principalmente as inseridas em menores níveis socioeconômicos.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck; CARTANA, Maria do Horto Fontoura. **Construção da participação comunitária para a prevenção de acidentes domésticos infantis**. Rev. bras. enferm., Brasília , v. 62, n. 1, p. 64-70, Feb. 2009 .

BARBA, Patrícia Carla de Souza Della; MARTINEZ, Cláudia Maria Simões; CARRASCO, Bianca Gonçalves. **Promoção da saúde e educação infantil: caminhos para o desenvolvimento**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 13, n. 26, p. 141-146, 2003.

BRITO, Ahécio Kleber Araújo; SILVA, Francisca Islandia Cardoso da; FRANÇA, Nanci Maria de. **Programas de intervenção nas escolas brasileiras: uma contribuição da escola para a educação em saúde**. Saúde em Debate, v. 36, p. 624-632, 2012.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de **A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas**. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2015, v. 25, n. 4

COSTA-MACEDO, Lêda Maria et al. **Controle de Parasitoses Intestinais e Ectoparasitoses em Instituições de Atendimento a Crianças Carentes na Cidade do Rio de Janeiro**. Interagir: pensando a extensão, [S.l.], n. 11, p. 21, fev. 2012. ISSN 2236-4447.

MACIEL, Ethel Leonor Noia et al. **Projeto Aprendendo Saúde na Escola:** a experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, p. 389-396, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso à educação 37, 39
acidentes 61, 63, 64
alimentação 25, 64
alteração do nome 31
autonomia 14, 17, 23, 27, 28, 29, 57

B

barreiras físicas 38, 47, 48
bullying 61, 63, 64

C

características sexuais 31, 34
cenário escolar 14, 37
Cidadania 38
cidadão 37, 39
comportamento das pessoas 52, 53
comunicação 19, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59
constrangimentos no ambiente acadêmico 31
convivência 31, 34
creche 61, 62, 63
crianças 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 46, 49, 61, 62, 63, 64
cuidados de saúde e higiene 61

D

Deficiências 38, 40
déficits de saúde 23
dificuldades burocráticas 31, 34
direito desrespeitado 31

E

Educação 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 30, 32, 36, 38, 40, 48, 51, 52, 58, 59, 61, 63
educação em saúde 23, 24, 25, 26, 29, 30, 61, 63, 64
Educação Especial 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21
educação igualitária 38, 47
educação inclusiva 16, 17, 18, 37, 39, 47, 48
Educação Inclusiva 10, 12, 48
Educação superior 32
empoderamento 23, 27, 28, 29
era digital 52, 53, 54, 55, 56, 58
escassez de políticas públicas 23
exposição a verminoses 61
exposições 18, 31, 34

F

formação de professores 10, 15, 20

formas de aprender 52

G

Games 52, 53, 58

H

hábitos de higiene 23, 24, 25, 26, 27, 28

I

identidade sexual 31

impactos da vulnerabilidade social 23

impactos na educação 52, 53, 54

inclusão das pessoas com deficiência 37, 39

inclusão das tecnologias digitais 52

inclusão de transexuais 31, 35

inclusão dos games 52

Inclusão Escolar 10

infância 25, 26, 61, 62, 63, 64

informação 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

inovação 17, 52, 53

L

lavagem das mãos 61

lavagem de alimentos 61

limitações sociais 38

M

má alimentação 61

má higiene 61

mediadores de aprendizagem 52

medidas socioeducativas 23, 24

Minorias sexuais e de gênero 32

modos de vida 52, 53

mudanças no cotidiano 52, 53

N

nativos digitais 52, 56, 57, 58, 59

negação de direitos básicos 32, 35

nome civil 31

nome social 31, 33, 34, 35

O

obstáculos 27, 31, 32, 34, 35

P

parasitoses intestinais 61, 63

pesquisa-ação 63, 64

Pessoa com deficiência 38
Pessoas transgênero 32
políticas de formação 10, 15, 18
políticas educacionais 16, 17, 37, 39, 40, 47
Políticas Públicas 38, 40
população trans 32, 34, 35
prática pedagógica inclusiva 10, 12, 13
práticas educativas 12, 52, 62
práticas pedagógicas 10, 13, 15, 16, 17, 18, 29, 64
presença das tecnologias 52, 53, 54
processo educacional 23
professores da Educação Especial 10, 19
profissionalização 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21
público infantil 54, 63
público jovem 23

Q

qualidade de vida 6, 23, 65

R

realidade social 52, 54

S

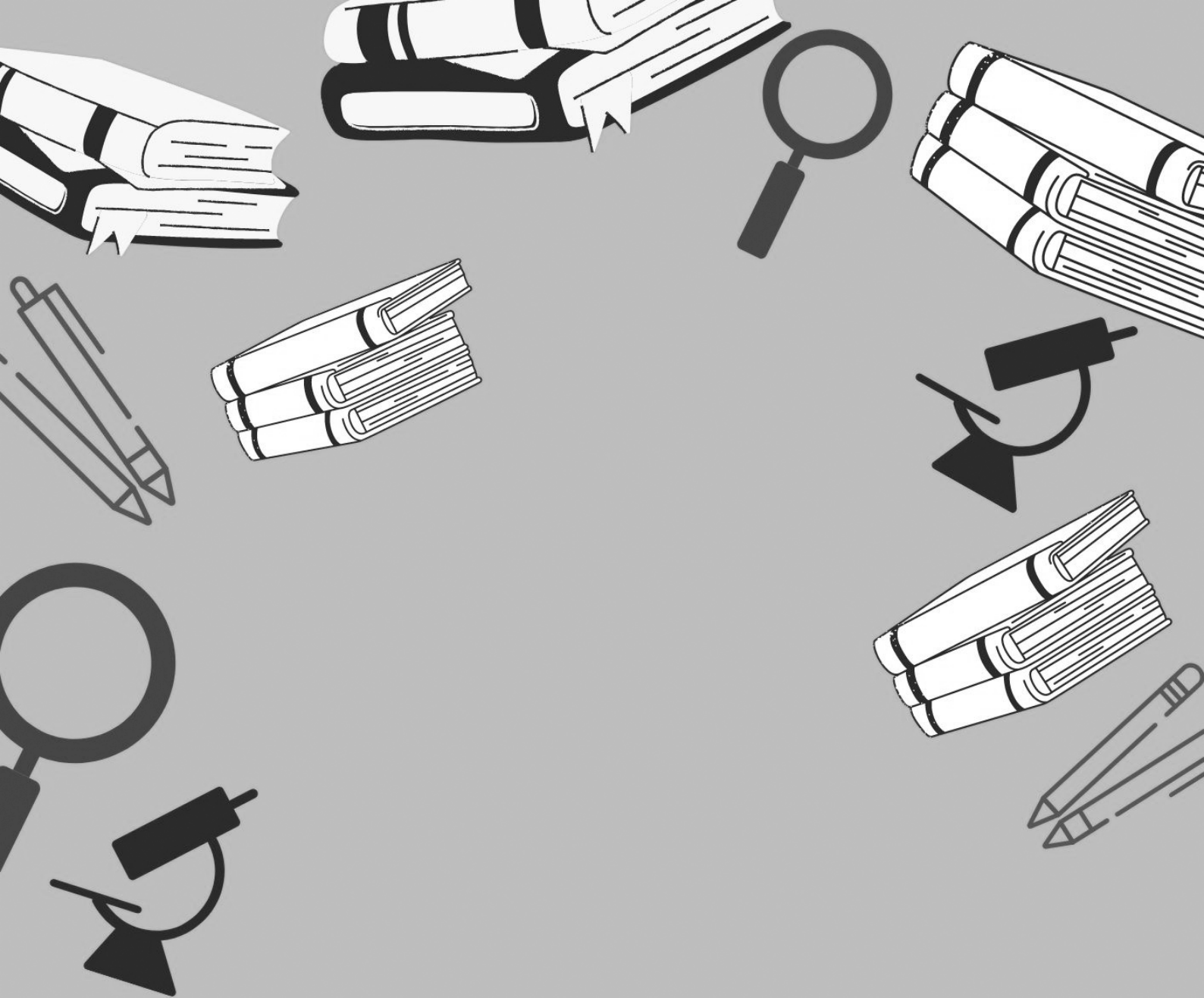
saúde coletiva 23, 27, 50
saúde das crianças 61, 62, 64
saúde e educação 23, 29, 64
socialização 19, 33, 38

T

Tecnologias 52, 59
tecnologias digitais 52, 53, 54, 56, 57
transexuais nos ambientes acadêmicos 31, 33
transexual 31, 32, 33
transexualidade 31, 33, 36
tripé formação, participação e experiência 10

V

violência 61, 63
vulnerabilidade 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31
vulnerabilidade social 23, 24, 26, 27, 28



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 